

desafios

do desenvolvimento



ipea



ISSN 1806-9363 R\$ 8,90



S.O.S. Museus

Falta de público, recursos e profissionais qualificados prejudica as cerca de 2,2 mil instituições existentes no Brasil. Mais de 70 já fecharam as portas

DESIGUALDADE

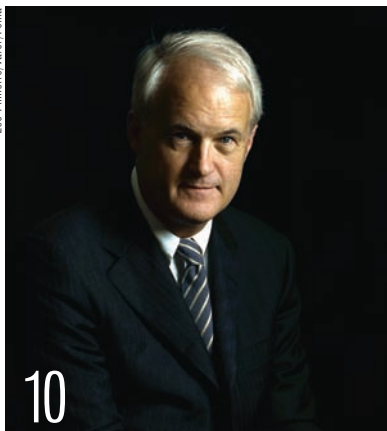
Estudos do Ipea analisam por que as políticas de desenvolvimento regional falham

MEXA-SE

Pesquisa inédita mostra a relação dos brasileiros com o esporte. Caminhada supera futebol como atividade predileta

E-GOV

Brasil é 17º colocado no ranking mundial de governo eletrônico. As prefeituras precisam melhorar



10



32



40



54

desafios

do desenvolvimento

Sumário

- 10 Entrevista Paul Dempsey**
Especialista em mercado de aviação avalia crise mundial que afeta companhias
- 16 Tecnologia Combustível com futuro**
Brasil precisa investir para aproveitar crescimento do consumo mundial de álcool
- 24 Políticas Públicas O equilíbrio na diversidade**
Só ações integradas poderão reduzir disparidades no desenvolvimento regional
- 32 Cultura Museus à beira de um ataque de nervos**
Instituições pedem socorro. E desde 2003 há um sistema federal para geri-las
- 40 E-Gov Cidadania on-line**
Ranking de governo eletrônico da ONU classifica Brasil na 17ª posição
- 46 Esporte A pátria das bicicletas, quimonos, raquetes e chuteiras**
O brasileiro gosta de suar a camisa. Pesquisa mostra como, quando, onde e por quê
- 54 Melhores Práticas Remédio para tudo**
Com acesso ao patrimônio genético nacional, a Extracta investe num novo antibiótico

Seções

- 8 Giro
- 60 Circuito
- 62 Estante
- 64 Indicadores
- 66 Cartas

Artigos

- 15 **Alexandre de Avilla Gomide**
Pedágio urbano: sou a favor
- 31 **Helder Ferreira**
Punição: vingança ou prevenção?

Carta ao leitor

Ao contrário do ocorrido na edição passada, desta vez foi muito fácil escolher a reportagem que seria capa: toda a equipe ficou impressionada com a situação caótica vivida pela maioria dos museus brasileiros. Falta de público e de verbas não foi surpresa, mas a carência de profissionais capacitados e a ausência de um sistema de gestão que otimize o funcionamento das instituições, isso, sim, foi novidade. Por todos esses motivos, decidimos estampar na capa o sincero pedido de socorro dos museus, que precisa urgentemente ser ouvido pelas autoridades ligadas à cultura e à educação. Já que estamos discutindo gestão, na entrevista desta edição, Paul Dempsey, um dos mais respeitados especialistas em regulação do setor de transportes aéreos, evita ser categorizado, mas afirma que, desde que os Estados Unidos desregulamentaram o mercado, as linhas aéreas só acumulam perdas financeiras. De quebra, sugere que o Brasil autorize maior participação de capital estrangeiro nas companhias aéreas. Por outro lado, o governo marca um ponto positivo na reportagem "Cidadania on-line". Ocupando o 17º lugar no ranking da Organização das Nações Unidas de governo eletrônico, o Brasil mostra competência. Desde a entrega da declaração de Imposto de Renda até o agendamento de perícias médicas, o brasileiro pode resolver muitos problemas apenas clicando no mouse. Com esses avanços, ganha tempo para dedicar-se a outras tarefas mais prazerosas, como praticar ou acompanhar esportes. Esse é o tema da reportagem da página 46, que apresenta uma ampla pesquisa sobre a relação dos brasileiros com o esporte. O futebol continua sendo o maior alvo das paixões, mas não é a modalidade mais praticada. A caminhada é a atividade predileta de homens e mulheres. A matéria mostra como, quando e por qual motivo a população, de todos os cantos do país, se coloca em movimento. E, por falar na população de todos os cantos, a reportagem "Equilíbrio na desigualdade" analisa as políticas de desenvolvimento regional e mostra que, apesar de bem-intencionadas, até agora elas não conseguiram diminuir a distância que separa os habitantes do Brasil pobre do remediado e do rico. Problema difícil, mas que precisa ser enfrentado sob pena de continuarmos com nossa imensa pátria fragmentada. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Jornalista Responsável

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
Diretoria de redação:
SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

CAIXA

desafios
do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PRESIDENTE Luiz Henrique Proença Soares

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Kim Bolduc

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Andréa Wolffenbüttel, Alexandre Marinho, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, Francisco Gaetani, João Carlos Magalhães, Leonardo Rangel, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pêrsio Davison

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801
CEP 70076-900 - Brasília, DF
Tel.: (61) 3315-5188 Fax: (61) 3315-5031

JORNALISTA RESPONSÁVEL Andréa Wolffenbüttel

Colaboradores

TEXTO Anderson Gurgel, Eliana Simonetti, Gustavo de Paula, Lia Vasconcelos, Marina Nery, Ottoni Fernandes Jr. e Sucena Shkrada Resk

FOTOGRAFIA Marcelo Hollanda

ILUSTRAÇÃO Orlando Pedroso

REVISÃO Ivana Gomes

ARTE E DIAGRAMAÇÃO Renata Buono Design
Renata Buono, Rafaela Ranzani e Luciana Sugino

FOTO DA CAPA Fernando Bueno

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar
CEP 04542-050 - São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração Instituto Uniepp

Av. Paulista, 2198, conjunto 161
CEP 01310-300 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas Teletarget

Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415
desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X

Tel.: (11) 3865-4949

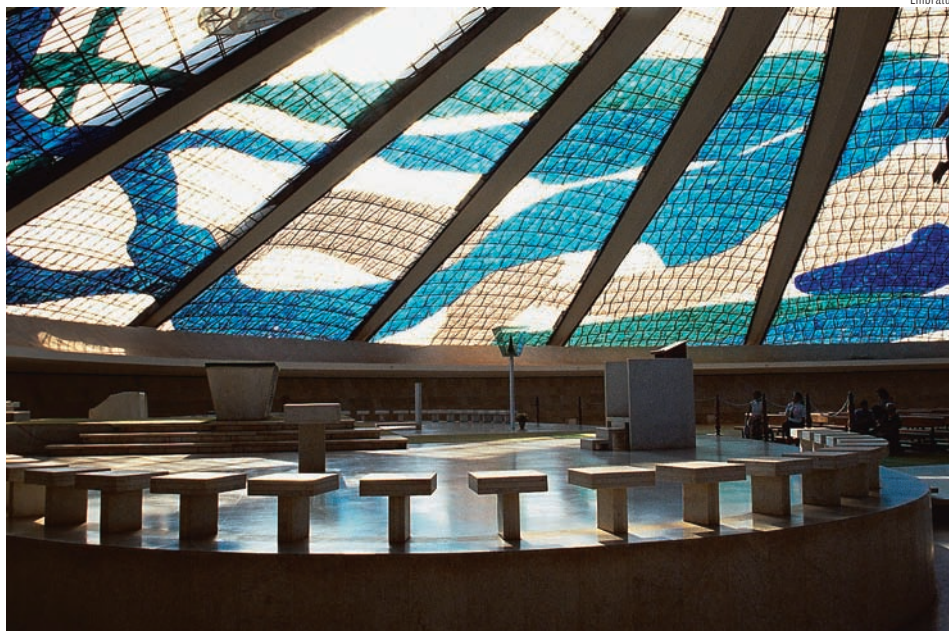
Impressão Prol Editora Gráfica

Distribuição Fernando Chinaglia Distribuidora S/A

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.



Monitor das reformas

O Congresso viveu um março agitado. Preocupados com o próprio reajuste salarial, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a CPI do Apagão Aéreo, congressistas deram pouca atenção às reformas. A exceção foi a reforma política, que está no centro do debate, especialmente depois da declaração, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de que o mandato é do partido, e não do candidato eleito. Porém, antes disso já havia sido instalada a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular; e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia aproveitou para prometer que a reforma será votada até o final de maio. Fora isso, só duas referências. A primeira veio do deputado Antonio Palocci, que defendeu a implementação gradual de uma ampla reforma previdenciária. E a segunda partiu da Comissão de Educação e Cultura, que pediu o desarquivamento da reforma universitária, engavetada no final da legislação passada.

Preservação

Obras de Brasília pedem socorro

Às vésperas de completar 47 anos, Brasília, Patrimônio Histórico da Humanidade, está malconservada para sua pouca idade. Professores do grupo de pesquisa Patologia, Recuperação e Manutenção de Estruturas, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB), que acompanham a deterioração dos monumentos desde 1995, divulgaram um relatório preocupante. Quase todos os edifícios construídos há mais de quatro décadas têm problemas estéticos, funcionais ou estruturais. A catedral de Brasília, cuja estrutura data de 1960, apresenta fissuras nos pilares; e a fachada do Museu Histórico, na

praça dos Três Poderes, está com o mármore rachado. Esse tipo de deterioração é perigosa porque afeta as armaduras internas de aço. Já o aço visível das escadas do Palácio do Itamaraty está corroído. Há ainda outros tantos problemas para resolver nas edificações da capital federal, desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que têm uma marca: são de concreto aparente, o que as deixa mais vulneráveis à ação do tempo. Como existem falhas no cadastro técnico das edificações, os pesquisadores propõem a criação de um acervo reservado para a memória da construção civil de Brasília no Museu da República.

Alimentação e saúde

Gordinhos e gordinhas

Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) avaliou o estado nutricional de alunos da rede pública da capital paulista, com idade de 7 a 10 anos. Detectou que a obesidade em crianças, principalmente no sexo masculino, é mais freqüente do que a desnutrição. De 112 crianças estudadas, 8%

estavam desnutridas, 23% tinham excesso de peso, 28% estavam obesas e 40% registravam peso normal. O trabalho foi apresentado como tese de mestrado por Carolina Menezes Ferreira, que recomendou a implantação de aulas de educação nutricional nas escolas. Segundo ela, é costumeiro que as crianças façam apenas três re-

feições ao dia (as que são oferecidas nas escolas), quando o ideal seriam cinco a seis refeições diárias. E não são registradas atividades físicas suficientes para queimar as calorias ingeridas. Sua preocupação: a obesidade implica maior probabilidade de desenvolvimento de doenças como hipertensão e diabetes.

Tabaco

Obrigada por não plantar

Entre 1989 e 2006, foi registrada queda de 40% no número de adultos fumantes no Brasil, o que é um feito positivo. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, o fumo é responsável pela morte de mais de 1 milhão de pessoas por ano nas Américas. Agora, em linha com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil, que permanece maior produtor e segundo maior exportador de tabaco do mundo, pretende reduzir a oferta do pro-

duto. A empreitada não é fácil, pois a atividade é bastante lucrativa, mas o governo busca maneiras de levar os agricultores a mudar de ramo. Técnicos do Ministério da Fazenda estudam a cobrança, ao setor fumageiro, da Contribuição sobre Intervenção do Direito Econômico (Cide), hoje incidente sobre combustíveis. E já existem experiências de substituição do cultivo do fumo por girassol, utilizado para a produção de biodiesel, e por árvores, cuja madeira é vendida à indústria moveleira.

Turismo

Um caminho que vale ouro

No século XVIII, o ouro de Minas Gerais era transportado pela Estrada Real – um caminho estreito que se estende por 1,4 mil quilômetros e atravessa Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O passeio, com paisagens belíssimas, atrai turistas, mas tem potencial para muito mais. Para estimular as visitas, desde junho do ano passado empresários (250, até o momento), o Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão investindo em profissionalização e capacitação de pessoal, e na formação de novos produtos. A idéia é desenvolver pacotes para públicos específicos, interessados em ecologia, produtos orgânicos e turismo de aventura. Os idealizadores contam com o apoio de consultores estrangeiros.

Nova supersafra

Vantagem passageira do efeito estufa



Agência Rural/Coniás

As mudanças climáticas do planeta trouxeram, pelo menos, uma boa notícia para o Brasil. Como as chuvas foram bem distribuídas pelo país, e as plantas se nutrem do CO₂ que tem sido lançado em excesso na atmosfera, a safra de grãos deverá ser recorde – mesmo com uma área plantada 3,5% inferior à do ano passado. O sexto levanta-

Brasil e Japão

De olhos bem abertos

Durante o mês passado, todas as atenções estavam voltadas para o resultado da visita do presidente norte-americano ao Brasil. Mas, enquanto os holofotes iluminavam George W. Bush, japoneses e brasileiros trabalhavam para estreitar as relações comerciais entre os dois países. Entre os dias 12 e 15 de março, sessenta empresas brasileiras, sob coordenação da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), participaram da maior feira de alimentos da Ásia, a Foodex, com a expectativa de fechar negócios de até 30 milhões de dólares. A Embraer assinou acordo para a venda de dez jatos EMB 170 para a Japan Airlines e aguarda confirmação de encomenda de mais cinco aviões. Um encontro do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, em São Paulo, reuniu dirigentes de empresas e autoridades de governo dos dois países – e os debates giraram em torno do fato de que a estabilidade econômica, as instituições democráticas e o mercado consumidor justificam investimentos no Brasil. Nesse ponto, parece haver acordo. Desde o início do ano



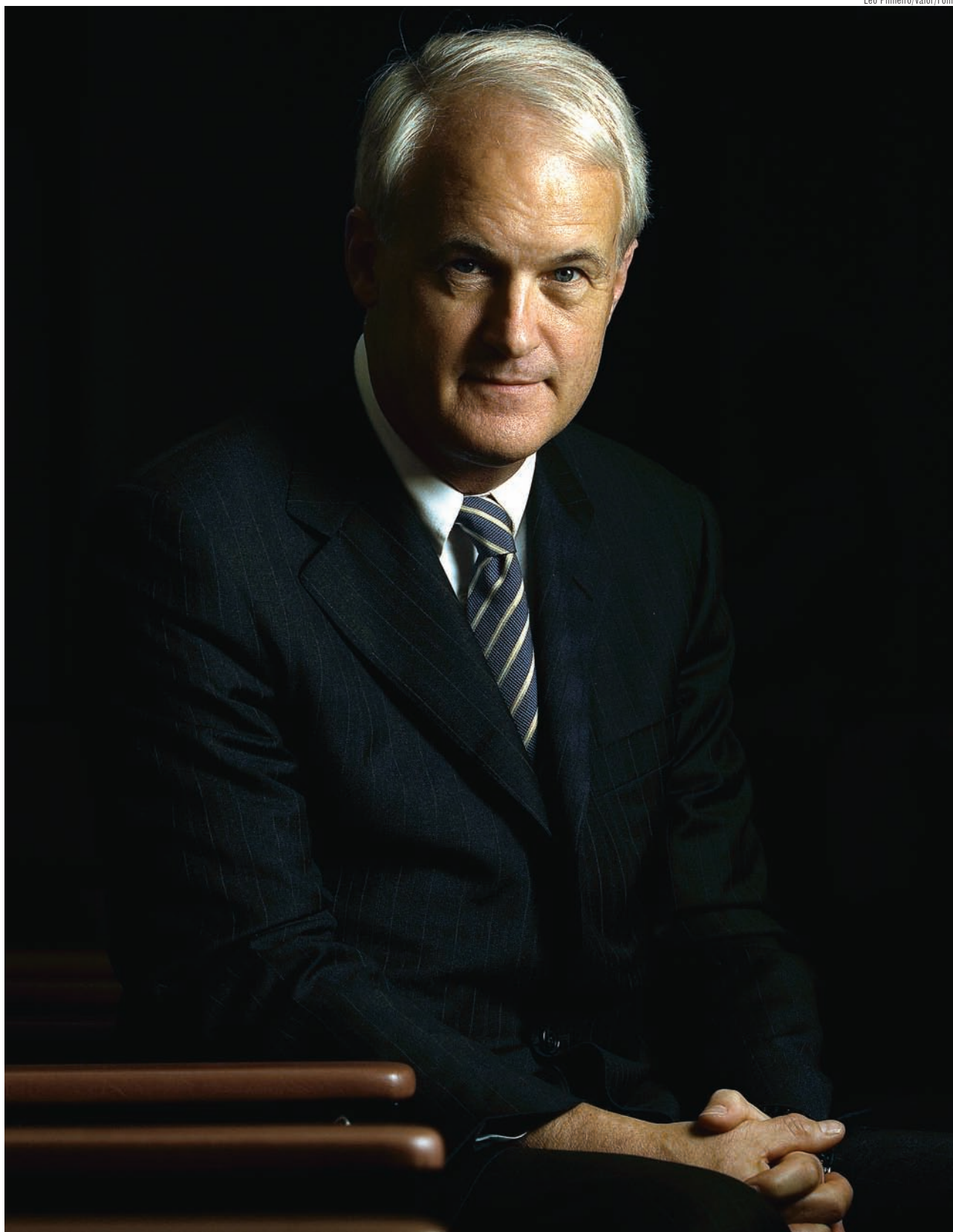
Rogério Reis/Petrobras

passado, o JBIC, banco de fomento do Japão semelhante ao brasileiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), negocia um empréstimo de 1,3 bilhão de dólares para o desenvolvimento de pesquisas, lavouras e instalações industriais para a produção de biocombustíveis. Desse total, mais de 85 milhões de dólares seriam destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – a fundo perdido. O mercado japonês não é nada desprezível. Pode chegar a 6 bilhões de litros anuais até 2010 com a determinação de adição de 3% de etanol à gasolina.

to nacional do ciclo 2006/2007, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em fevereiro, prevê produção de 127,6 milhões de toneladas – 5,7% mais do que a marca passada – e que as exportações deverão ser, também, maiores. Das quase 50 milhões de toneladas de milho que serão colhidas, por exemplo, 6,5 milhões

deverão ser embarcadas para o exterior, especialmente para os EUA, cujo consumo tem aumentado em razão do crescimento da produção de etanol. A notícia é especialmente positiva porque os preços internacionais desses produtos estão em alta. Pena que os produtores não tenham apostado nos resultados e plantado ainda mais.

Leo Pinheiro/Valor/Folha



da indústria aérea, em 1978, as perdas financeiras cresceram progressivamente

Paul Dempsey

Por Marina Nery, do Rio de Janeiro

Voando às cegas

Poucos profissionais entendem tanto do mercado de aviação quanto Paul Stephen Dempsey. Afinal, como ele mesmo diz, sua perspectiva tem pelo menos três visões: a de ex-advogado de uma extinta agência de regulação da aviação norte-americana (Civil Aeronautics Board), a de acadêmico de economia (professor do Institute of Air & Space Law, da McGill University, no Canadá) e a de empresário preocupado com os negócios, proprietário da bem-sucedida Frontier Airlines, que começou com duas aeronaves em 1994 e hoje já possui 55, que voam nos Estados Unidos, no México e no Canadá. Do alto de toda essa experiência, ele avalia a crise das companhias aéreas em todo o mundo.

Desafios - Com essa perspectiva tripla do mercado de aviação, o senhor considera que o Brasil deve ou não mudar o controle aéreo para mãos civis?

Dempsey - Em primeiro lugar, é preciso analisar sempre o mercado aéreo de um país de acordo com suas especificidades. As características chinesas jamais serão as mesmas das indianas, por exemplo. Em relação ao caso brasileiro, trata-se de analisar eficiência e custo. É mais caro o controle civil ou o militar? Em qual deles há mais segurança para o passageiro? Qual deles ocasionará mais atrasos e congestionamentos?

São variáveis desse gênero que necessitam ser levadas em conta. Mesmo em outros países em que os civis mantêm o controle, há muita infraestrutura em mãos militares. O Brasil também deve refletir em qual vertente poderá haver controle político exacerbado por autoridades de governo. Não vou me arriscar a dar uma opinião em favor de um controle ou de outro, até porque não sou um estudioso das condições específicas do Brasil, mas estou fornecendo as variáveis que precisam ser avaliadas para uma tomada de decisão nesse assunto.

Desafios - Como especialista em regulação do espaço aéreo, o senhor defende um mercado mais, ou menos, regulado?

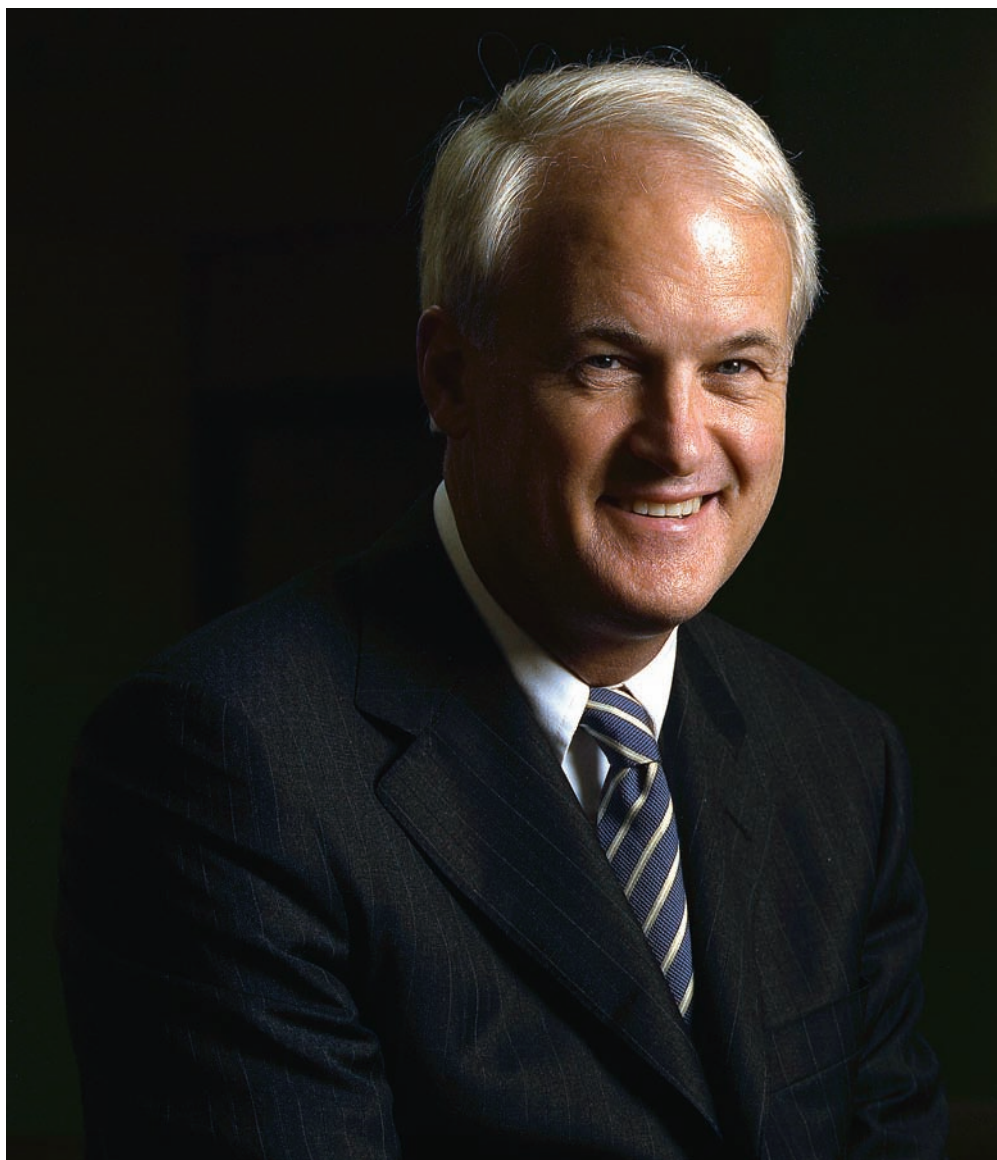
Dempsey - O que pude verificar nos Estados Unidos é que, após a desregulação da indústria aérea, em 1978, as perdas financeiras cresceram progressivamente. Na era pré-regulação nos Estados Unidos não houve falência de companhias aéreas. Mas em 1981-1982 duas grandes companhias aéreas americanas faliram e uma foi liquidada. As perdas financeiras do mercado aéreo foram da ordem de 1,4 bilhão de dólares. De 1990 a 1994, cinco

De aviões e de leis

Paul Stephen Dempsey esteve no Brasil em março para participar de um seminário promovido em parceria pelo consulado dos Estados Unidos e a Coordenadoria de Regulação da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Aproveitou a viagem para visitar empresas aéreas, como a Gol e a Líder Táxi Aéreo, ambas em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Dempsey iniciou a vida profissional na década de 1970, quando foi advogado do Civil Aeronautics Board e da Interstate Commerce Commission (ICC), os antigos órgãos reguladores da aviação civil e dos transportes ferroviários dos EUA. Ele é formado em Jornalismo e Direito pela University of Georgia (EUA), com doutorado em Direito da Aviação Internacional pela McGill University. É autor de cerca de vinte livros e monografias, entre os quais *The Social and Economic Consequences of Deregulation* ("As consequências sociais e econômicas da desregulação"), *Flying Blind: The Failure of Airline Deregulation* ("Voando às cegas: o fracasso da desregulação aérea") e *Airline Management: Strategies for the 21st Century* ("Administração da aviação: estratégias para o século XXI"), publicado no ano passado. Entre 1979 e 2002, foi editor do *Transportation Law Journal* e costuma, até hoje, publicar artigos em diversos periódicos.

Atualmente é professor catedrático de Governança Global em Direito Aéreo e Espacial e diretor do Institute of Air & Space Law da McGill University, em Montreal, no Canadá. Dempsey é também vice-presidente e diretor da Frontier Airlines, Inc., empresa que está no 13º ano de operação e emprega aproximadamente 5 mil pessoas. Tem uma frota de 55 aeronaves, sendo 48 Airbus 319s e sete Airbus 318s. Serve 66 cidades, inclusive no México e no Canadá. Pelo sétimo ano consecutivo, o Departamento de Manutenção da empresa recebeu da Federal Aviation Administration (FAA) o prêmio Diamante (1999-2006), que é o mais importante da instituição e concede o treinamento avançado de profissionais de manutenção de aeronaves.



grandes empresas aéreas entraram em falência e duas em liquidação. Naquele período, o prejuízo foi de mais 13 bilhões de dólares. Por fim, de 2000 a 2006 cinco grandes empresas aéreas também faliram. O rombo somente nestes últimos seis anos alcançou 35 bilhões de dólares. A indústria aérea norte-americana perdeu todo o lucro auferido desde o voo inaugural dos irmãos Wright. É como disse Alfred Kahn, um dos maiores estudiosos da regulação econômica: "A competição destrutiva tem sido uma das surpresas desagradáveis da desregulação".

Desafios - E quem pagou todo esse prejuízo?

Dempsey - Os passageiros pagaram as contas. E os acionistas sofrem também. No caso das empresas que entraram em concordata, os credores se transformaram em acionistas. As empresas aéreas também deixaram de ter um lucro maior. Houve época em que o lucro era de 6%, mas ele declinou radicalmente após a tragédia das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Hoje, a margem de lucro de 2% a 3% é considerada muito boa. Desde a invenção da roda, no longo prazo ninguém ganhou dinheiro transportando pessoas.



“A margem de lucro das companhias aéreas já foi de 6%. Hoje, de 2% a 3% é considerada muito boa. Desde a invenção da roda, no longo prazo ninguém ganhou dinheiro transportando pessoas”

Desafios - Essa situação prejudica mais as grandes companhias ou as pequenas?

Dempsey - A menos que as grandes empresas aéreas aumentem o faturamento, elas têm uma estrutura de custos insustentável. Suas principais despesas são com a força de trabalho (32% dos custos do setor de transporte aéreo) e combustível (18% dos custos). As empresas que estão entrando no mercado têm certa vantagem em relação a esses custos.

Desafios - Existe semelhança entre o mercado brasileiro e o americano?

Dempsey - O mercado é semelhante do ponto de vista geográfico, mas difere muito em número de companhias e de pessoas transportadas.

Desafios - Hoje o preço é o principal critério na escolha da companhia aérea?

Dempsey - Depende do consumidor. Há os que preferem preço e também os que optam pela qualidade do serviço. Hoje, o consumidor de passagens aéreas paga por um produto antes de consumi-lo: não sei se vou chegar na hora, se as malas vão chegar, se a comida é boa, se haverá um assento vazio do meu lado ou se ele abrigará uma linda mulher ou ainda uma pessoa obesa.

Desafios - Como o senhor analisa o mercado aéreo hoje?

Dempsey - Ao contrário do que se pensa, os custos de combustível hoje são mais baixos do que na década de 1970. Se os ajustarmos pela inflação, eles estão mais baratos do que jamais foram. A demanda é muito cíclica, com base sazonal e muito influenciada por tendências econômicas internacionais, confiança do consumidor e medo. Mesmo sem eventos extraordinários, a demanda flutua mensalmente, diariamente, a cada hora. Por essas razões, é muito difícil ajustar as carências e os excessos de demanda. E mais: a capacidade da companhia aérea excede a demanda em uma larga margem (de 20% a 30%).

Desafios - Mas por que as empresas aéreas sofrem implacavelmente com essa capacidade ociosa e não conseguem solução para a situação?

Dempsey - As aeronaves precisam ser encomendadas muitos anos antes da entrega efetiva. Aviões são comprados em época de fartura e entregues no tempo das vacas magras. Além disso, as empresas aéreas possuem custos fixos muito altos e suas aeronaves voam mesmo quando a receita cai. Nem as falências das empresas eliminam a capacidade ociosa, apenas a redistribuem, porque as aeronaves das com-



panhias falidas se transferem para a frota de outras empresas.

Desafios - E quais são suas sugestões para as companhias aéreas saírem dessa situação?

Dempsey - Acredito que as empresas falidas têm de se reorganizar através de uma composição por credores. Também é preciso reduzir o custo da força de trabalho, padronizar a frota e rees-

truturar as rotas. Fundamental é reduzir a capacidade das empresas, porque é sempre mais fácil subir o morro que descer.

Desafios - Assim como nos EUA, muitas companhias aéreas brasileiras foram à falência ou enfrentaram terríveis crises financeiras. O que pode ser feito especificamente aqui no Brasil?

Dempsey - Uma alternativa seria o

“As aeronaves precisam ser encomendadas muitos anos antes da entrega efetiva. Aviões são comprados em época de fartura e entregues no tempo das vacas magras”

governo aumentar o limite de participação estrangeira no capital das companhias aéreas brasileiras. Hoje, o limite é 20%, enquanto nos EUA é 25% e a Europa permite 49%. É consenso que o mercado gosta de voar pela bandeira que tem mais liberdade.

Desafios - Há algo mais que o governo possa fazer?

Dempsey - A primeira opção é não fazer nada. Deixar que o mercado se ajuste sozinho. Mas o governo também pode nacionalizar a indústria, fazer uma reforma tributária e de leis trabalhistas, além de renunciar às leis antitruste. Pode ainda reduzir as restrições ao capital estrangeiro na participação do capital das empresas aéreas. Por fim, meu conselho é re-regular a indústria aérea.

Desafios - Que mudanças o senhor prevê para o mercado aéreo brasileiro nos próximos anos?

Dempsey - A tendência é que no Brasil ocorra o que houve nos Estados Unidos: passagens aéreas totalmente vendidas pela Internet. Será o fim da maioria das agências de turismo brasileiras. A concorrência ficará cada vez mais acirrada, com preços tão baixos que não cobrirão os custos fixos. Hoje os preços são transparentes, sem intermediários, consultados imediatamente on-line. Não há como esconder ou majorar os preços, porque senão você perde o cliente. **d**

Pedágio urbano: sou a favor



Divulgação

Os congestionamentos de trânsito e as más condições do transporte público são problemas reais das grandes cidades brasileiras. Pesquisas do Ipea já avaliaram os gastos provocados pelos engarrafamentos. No que se refere apenas aos custos do tempo perdido e da poluição causados, sobretudo pelos automóveis, os valores atualizados pela Associação Nacional dos Transportes Públicos para 2003 atingiram a cifra de 10 bilhões de reais por ano nas áreas urbanas. As pesquisas mostraram também que os engarrafamentos aumentam o número de veículos necessários para realizar os serviços de ônibus urbano, aumentando as tarifas.

Ao decidir usar seu automóvel, o motorista leva em consideração apenas o seu custo adicional com aquela viagem (o gasto com combustível, por exemplo). Ele não leva em conta que a sua decisão causará custos também para outras pessoas: como o congestionamento tem relação direta com o número de veículos trafegando numa via, a entrada de mais um automóvel contribuirá para o aumento do tempo perdido das demais pessoas que estão circulando naquela rua ou avenida.

Cingapura foi a primeira a adotar o “pedágio urbano”, ou a cobrança pelo uso das vias congestionadas, como forma de reduzir os engarrafamentos, em 1975. Tal política parte do princípio de que o causador deve assumir a totalidade dos custos gerados pela sua opção, e não reparti-los injustamente com a sociedade. Os resultados foram bem-sucedidos, diminuindo expressivamente o volume de tráfego. Mas foi o sucesso da experiência londrina que definitivamente atraiu a atenção dos gestores públicos. Desde fevereiro de 2003 o motorista que entrar com o seu automóvel na região central de Londres nos dias úteis, das 7 às 18 horas, paga uma taxa. A cobrança é feita eletronicamente. Segundo a Transport for London, nos primeiros anos de implantação a medida reduziu o volume de tráfego em 20% e foi gerada uma receita líquida de mais de 60 milhões de libras por ano, investida no transporte público – melhorando os serviços da capital. Destacam-se também os benefícios para o meio ambiente urbano (o ar está mais limpo e as ruas agradáveis para os pedes-

tres). O número de bicicletas em circulação subiu e o tempo médio das viagens por ônibus foi reduzido. A medida, devido a seu sucesso, foi um dos carros-chefe da campanha vitoriosa de reeleição do prefeito da capital britânica em 2004. Em Estocolmo, o governo local decidiu experimentar a medida antes de implantá-la definitivamente. Durante o primeiro semestre de 2006, quem desejasse adentrar no centro da cidade nos dias de semana, entre 6h30 e 18h30, pagava uma taxa. No início, o anúncio da medida recebeu o repúdio da população, mas o sucesso resultou na sua aprovação no referendo realizado em setembro de 2006. A medida foi reintroduzida permanentemente no início de 2007.

No Brasil, a cidade de São Paulo adota o rodízio de veículos. De acordo com o final da placa e o dia da semana, automóveis e caminhões não podem circular nas ruas e avenidas do centro expandido da cidade das 7 às 10 horas e das 17 às 20 horas. No entanto, avalia-se que tal medida já tenha se esgotado devido à compra pelas pessoas de um segundo carro com final de placa diferente. O pedágio urbano, por sua vez, é considerado uma medida mais eficiente, pois, em vez de canalizar os recursos das pessoas para a compra de outro carro, ele gera receita para se investir no transporte público.

O senso comum diz que para resolver os congestionamentos nas grandes cidades basta aumentar a capacidade das vias. A realidade, todavia, tem refutado tal prescrição. A cada viaduto ou via nova inaugurada, surgem mais carros, pois essas obras têm o efeito de incentivar as pessoas a usar mais os automóveis.

O pedágio urbano é uma forma de melhorar o trânsito e o transporte público. A simples cópia de práticas adotadas em outros países pode apresentar maus resultados no Brasil, devido aos distintos contextos. Porém, uma coisa é certa: se nada for feito, os congestionamentos e seus custos socioeconômicos e ambientais só aumentarão ao longo do tempo. Por que não experimentar?

"A cada viaduto ou via nova inaugurada, surgem mais carros e congestionamento, pois essas obras têm o efeito de incentivar as pessoas a usar mais os automóveis"

Alexandre de Ávila Gomide é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Combustível com futuro

Estudos indicam que o consumo mundial de álcool combustível passará dos 26 bilhões de litros atuais para 205 bilhões em 2025. Quarenta países já misturam o etanol à gasolina como forma de reduzir a emissão de gases que provocam efeito estufa e a dependência de petróleo importado. Tudo isso representa um enorme mercado que se abre para o Brasil, porém sem investimentos em tecnologia esse potencial pode acabar sendo explorado por outros produtores

Por **Otoni Fernandes Jr.**, de São Paulo



STOP!
NOT GASOLINE
E85
85% Ethanol
www.E85Fuel.com

O etanol extraído da cana-de-açúcar gasta menos energia renovável para ser produzido

O Brasil chegou ao alto do pódio na corrida para produzir etanol extraído da cana-de-açúcar, um combustível ecológico que deve ocupar cada vez mais espaço na propulsão dos veículos em todo o planeta, especialmente naqueles países que não produzem petróleo. Nenhum outro país consegue produzir o etanol a um preço tão competitivo graças aos ganhos de produtividade em toda a cadeia produtiva, com novas variedades de cana-de-açúcar, passando pela logística para levá-la até as usinas, sem contar o uso de subprodutos, como o bagaço,

na geração de energia elétrica. A cana-de-açúcar já tem quase quinhentos anos de presença econômica no Brasil, desde que os colonizadores portugueses começaram a plantá-la para fazer açúcar, rapadura e cachaça, à base do trabalho escravo de índios e negros.

Apesar de toda a experiência acumulada e de sua vantagem competitiva, o Brasil produziu no ano passado 17,4 bilhões de litros de etanol e perdeu a liderança mundial para os Estados Unidos, com 18,5 bilhões de litros, onde generosos subsídios governamentais impulsionaram a produção

baseada no milho para o primeiro lugar. E poderá, também, perder a vantagem tecnológica, pois uma poderosa coalizão que envolve fundos de investimento, empresas de biotecnologia, centros de pesquisa e farto dinheiro público poderá, em dez anos, tornar o etanol norte-americano de celulose tão competitivo quanto o brasileiro, que usa a cana-de-açúcar como matéria-prima. Em março, o Departamento de Energia norte-americano anunciou os seis projetos de usinas para produzir etanol celulósico que receberão 385 milhões de dólares de financiamento oficial, cerca de 40% do investimen-

Única/Divulgação



Hoje existem 336 de álcool operando no Brasil. Novos investimentos levam à previsão de que, até 2013 elas serão 409

do que o feito com o milho e também reduz a emissão de gases de efeito estufa

to total. Um dos projetos tem como líder a empresa de biotecnologia canadense Iogen, que emprega enzimas produzidas pela engenharia genética para acelerar o processo de quebra das cadeias de celulose. Essas enzimas podem ser usadas nos restos de culturas agrícolas, como palha, e outras matérias-primas, como madeira e grama, para liberar açúcares e, em seguida, produzir etanol.

Insumos Cientistas e autoridades dos Estados Unidos elegeram o etanol produzido com celulose como o biocombustível que

permitirá aliviar a dependência do petróleo importado, sem os efeitos colaterais indesejáveis, como a alta dos preços dos alimentos ou do custo dos insumos para os produtores de carne, que dependem do milho produzido no meio-oeste norte-americano. No mês passado, Samuel Bodman, o secretário de Energia dos Estados Unidos, disse que a meta é tornar o etanol celulósico tão competitivo quanto o produzido com cana-de-açúcar. Assim, seria possível adicioná-lo em quantidades crescentes à gasolina para cortar em 20% o consumo desse combustível até 2017, conforme objetivo definido pelo presidente George W. Bush, em janeiro. Com essa nova política, a demanda por etanol, apenas nos Estados Unidos, deverá chegar a 133 bilhões de litros em 2017 e a oferta de etanol de milho deverá responder por apenas 43% do total. Isso porque o insumo faz parte de um sistema de tecnologia madura, empregada há quase cem anos, com pouco espaço para ganhos de produtividade.

Para conseguir alcançar a meta estipulada, o governo norte-americano aposta produzir o etanol de celulose a um custo de 28 centavos de dólar por litro, ou 47% do valor conseguido hoje em dia, segundo os cálculos de técnicos do Departamento de Energia. Atualmente, o custo de produção do etanol de cana-de-açúcar é de 22 centavos de dólar por litro no Brasil, enquanto o que é extraído do milho custa 30 centavos de dólar nos Estados Unidos.

O governo norte-americano não tem poupado esforços nem recursos para ampliar a produção de etanol, com investimento anual da ordem de 1,5 bilhão de dólares, segundo calcula o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No caso brasileiro, Rodrigues considera essencial coordenar a atuação dos oito ministérios e diversas autarquias relacionadas com a produção de etanol e definir as prioridades da política de pesquisa e desenvolvimento no setor. “É preciso definir quais são as linhas de pesquisa prio-

ritárias para aumentar a produtividade em toda a cadeia do etanol, com concentração de investimentos naquelas que são mais promissoras”, defende Eduardo Carvalho, presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), que reúne cerca de cem empresas de açúcar e álcool. Para ele, ainda há muito espaço para aumentar a produtividade na agroindústria do etanol, de olho no crescente mercado interno e nas exportações para países que adotaram a mistura desse biocombustível à gasolina.

Emissões Um estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em abril de 2006, calcula que o consumo mundial de álcool combustível passará de 26 bilhões de litros anuais em 2004 (2,2% da gasolina consumida) para 205 bilhões de litros em 2025 se for adicionada na proporção de 10% à gasolina, cujo consumo chegaria a 1,7 trilhão de litros anuais. Atualmente, quarenta países já adotam políticas que obrigam misturar de 2% a 10% de etanol à gasolina utilizada por veículos. O objetivo é diminuir a dependência de petróleo importado e reduzir as emissões de gases que provocam o aumento da temperatura global, pois combustíveis que usam etanol extraído da celulose ou da cana-de-açúcar são cerca de 50% menos poluentes que a gasolina. E a simples mistura de 10% de etanol à gasolina diminui em até 19% a emissão de gás de efeito estufa. Outra vantagem do etanol é que gera muito mais energia do que é empregado no seu ciclo produtivo: no caso da cana-de-açúcar, cada unidade de energia fóssil utilizada no processo gera 8,3 unidades de energia renovável. O combustível extraído do milho gera apenas 1,4 unidade de energia renovável para cada unidade de energia fóssil, que é muito menos produtivo no quesito balanço energético.

A política energética norte-americana, com a meta de substituir 20% da gasolina consumida no país, em benefício do etanol,



Graças a novas variedades adaptadas aos mais diversos terrenos e climas e a avanços

Fotos Única/Divulgação



Cerca de 6 milhões de hectares são dedicados ao cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. Graças à utilização de moderna tecnologia, cada hectare rende, em

puxa a demanda e cria incentivos para produtores em todo o mundo. Já começam a ser construídas usinas comerciais nos Estados Unidos que apostam na conversão enzimática da celulose, como a da Iogen. Apesar das promessas do etanol celulósico, há um enorme mercado potencial para as usinas de álcool brasileiras, pois as taxas e tarifas que incidem sobre as importações norte-americanas devem cair antes de 2017. No entanto, esse objetivo só será atingido se houver aumento da produtividade e da área plantada, para não repetir o fiasco ocorrido no ano passado, com a alta do álcool combustível no mercado interno, no período da entressafra canavieira. O preço do etanol subiu para o valor mais alto em cinco anos e obrigou as distribuidoras de combustível a reduzir de 25% para 20% o volume misturado à gasolina.

Carvalho, da Única, garante que não haverá mais problemas na oferta de etanol, pois o potencial do mercado interno e internacional – e as vantagens competitivas brasileiras – atrai pesados investimentos para o setor, inclusive de grandes grupos estrangeiros. “O número de usinas produ-

toras de etanol deverá passar das 336 unidades atuais para 409 na safra de 2012/2013, com investimento da ordem de 15 bilhões de dólares anuais”, calcula Carvalho. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirma esse *boom* de novos investimentos, pois o valor dos financiamentos de equipamentos e máquinas do banco para o setor subiu de 102 milhões de reais em 2005 para 237 milhões em 2006, como informa o diretor Cláudio Bernardo Junqueira, e deverá bater nos 370 milhões de reais no final deste ano. A abertura de novas usinas exige a ampliação dos canaviais, pois uma destilaria capaz de produzir 170 milhões de litros de etanol anuais absorverá a produção de cana-de-açúcar de uma área de 35 mil hectares se alcançar a produtividade de 85 litros de álcool por tonelada de cana.

Temor A saturação de regiões produtoras, como São Paulo, onde o custo da terra nua aumentou cerca de 130% entre 2002 e 2005, empurra as novas usinas para os estados do Centro-Oeste e Norte do país e aumenta o temor de ambientalistas de que a expansão

resulte em destruição da floresta amazônica. Rodrigues, da Fiesp, descarta essa possibilidade, pois em sua conta existem 200 milhões de hectares de pastagens no Brasil; desse total, 90 milhões de hectares poderiam ser usados para a produção de alimentos e uma parcela de 22 milhões de hectares oferece condições para o plantio de cana-de-açúcar, sem deslocar a produção de carne ou leite, pois a pecuária brasileira consegue produzir mais na mesma área graças ao investimento em tecnologia. Mas o melhor caminho, propôs Rodrigues em entrevista para o site Inovação, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), seria investir em pesquisa e desenvolvimento, o que possibilitaria dobrar a produção de etanol em dez anos, mantendo a mesma área plantada de cana-de-açúcar, da ordem de 6 milhões de hectares.

É grande o potencial de aumento da produtividade do setor no Brasil, como mostra a trilha percorrida pela indústria alcooleira desde 1975, quando foi implantado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) pelo regime militar como alternativa para a dependência do petróleo im-

tecnológicos, a produtividade da cana-de-açúcar brasileira cresceu 2,3% por ano desde 1975



média, 80 toneladas



Em 1975, o período de safra da cana-de-açúcar ia de maio a outubro. Agora se estende de abril a novembro

portado, cujo preço quadruplicara de 2,9 dólares o barril em setembro de 1973 para 12,4 dólares em março de 1974. O Proálcool foi movido a pesados subsídios para agricultores e usinas produtoras de etanol, acompanhado do controle dos preços dos combustíveis, mas serviu para dar a partida a um ciclo de modernização, que chegou até a tecnologia dos motores de automóveis. A crise financeira do estado brasileiro nos anos 1980 jogou por terra o modelo desenhado pelo Proálcool, mas a semente foi plantada e o setor produtor de açúcar e álcool se modernizou brutalmente depois que cessou a intervenção estatal na definição de preços e na concessão de subsídios em 1997.

A produtividade da lavoura canavieira brasileira cresceu em média 2,3% ao ano entre 1975 e 2004, segundo demonstra um estudo publicado na revista *Choices*, da American Agricultural Economics Association, no segundo semestre de 2006, para chegar, na média, a 80 toneladas de cana por hectare. O trabalho, assinado pelos pesquisadores brasileiros João Martines-Filho, Heloisa Burnquist e Carlos Vian, revela que

o processo não foi acompanhado pela indústria que produz álcool combustível, pois a produtividade cresceu apenas 1,17% por ano no período. Um estudo coordenado por Marcos Landell, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), ligado à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, desnuda o aumento da eficiência da lavoura canavieira e das usinas que produzem álcool combustível em São Paulo entre 1975 e 2005: o período de safra que ia de maio a outubro agora se estende de abril a novembro; a produção de cana por hectare passou de 65 toneladas para 80 toneladas por hectare; em 1975 era preciso replantar a cana a cada três anos e agora o período dobrou e cada muda agüenta 5,7 cortes, em média; há trinta anos, cada tonelada de cana limpa, sem palha, produzia 65 litros de álcool e agora gera 90 litros.

Variedades Um dos impulsos para a maior eficiência da agricultura da cana-de-açúcar veio de centros de pesquisa, como o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba, São Paulo, ou do IAC, que criaram novas variedades da gramínea,

mais produtivas e resistentes às doenças. O CTC é sucessor da Copercana, uma cooperativa de agricultores paulistas que surgiu na metade da década de 1970 e foi a pioneira na pesquisa de novas cultivares de cana e modernas técnicas de plantio e manejo. Desde 2004, assumiu o formato de uma associação civil de direito privado, que reúne 320 funcionários, dos quais 120 dedicados à pesquisa. É mantida por 150 unidades produtoras de açúcar e álcool da região Centro-Sul, mas também atende a 12 mil fornecedores de cana.

“Atualmente damos consultoria em todo o ciclo produtivo e fazemos uma completa auditoria e propostas de aperfeiçoamento, desde as variedades adaptadas a cada faixa de terreno, técnicas de manejo, colheita, até soluções logísticas para levar a matéria-prima à usina, bem como para aperfeiçoamento da etapa industrial”, explica Tadeu Andrade, diretor de pesquisa do CTC de Piracicaba. O processo de criação de uma nova variedade de cana-de-açúcar pode demorar até dez anos para entrar em produção comercial. Começa nos laboratórios de Piracicaba, passa pela es-

O processo de produção de uma nova variedade de cana-de-açúcar pode levar até

tação experimental em Miracatu, na região da Serra do Mar de São Paulo – onde fica em quarentena, longe de plantações comerciais –, segue para outra área de teste na Bahia, onde fica o banco genético. Depois que passa por essas barreiras, a nova variedade é plantada nos 400 hectares de terra do CTC em Piracicaba, última prova antes de ser distribuída aos associados. “Hoje temos variedades adaptadas aos diversos microclimas da região Sudeste e monitoramos os resultados através de fotografias tiradas de satélites, com uma tecnologia desenvolvida em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)”, informa Andrade.

Melhorias A meta é cortar custos e melhorar a produtividade em toda a cadeia produtiva. Um dos trabalhos visa desenvolver um sistema de controle biológico da cigarrinha, uma praga que atinge as lavouras de cana-de-açúcar. Esse novo método deve ser muito mais barato quando comparado aos defensivos químicos tradicionais. O custo para imunizar 1 hectare deve cair de 288 reais para 12 reais. Outra linha de pesquisa, implementada com um parceiro da indústria, busca desenvolver um sensor que permite à máquina de colher cana ajustar o ponto de corte o mais baixo possível em relação ao terreno. Na avaliação de Andrade, também é preciso avançar as políticas públicas de fomento à pesquisa e desenvolvimento no setor que produz álcool combustível, com a liderança de um único órgão, que poderia ser o Ministério de Ciência e Tecnologia, e o mapeamento de todos os centros de pesquisa existentes, com a definição de linhas de prioridade. “É preciso retirar os entraves para aprovar pesquisas com variedades geneticamente modificadas, pois a biotecnologia garante ganhos de até 30% de produtividade de uma geração da planta para outra, enquanto nas variedades convencionais o aumento é de 2% a 3%. Assim, seria possível reduzir o prazo para que cultivares mais produtivas sejam cultivadas comercialmente”, defende Andrade.

As novas usinas produtoras de etanol em construção ou em projeto vão garantir

Rick Wilking /Reuters



Usina de produção de etanol no Colorado, Estados Unidos: apesar da experiência acumulada, no ano passado

um grande salto na produtividade industrial, confia Carvalho, da Única. Elas serão equipadas com caldeiras de alta pressão, que garantem aumento da eficiência térmica, mesmo usando o atual processo de produção, com a moagem da cana e a fermentação da garapa. Embora reconheça que os Estados Unidos têm grande potencial de produzir etanol pelo processo enzimático, ele acha que será impossível impedir que a nova tecnologia seja usada no Brasil e, nesse ponto, coloca muita expectativa no acordo tecnológico alinhavado com a visita de Bush no mês passado. O Departamento de Energia norte-ameri-

cano confia que o investimento em pesquisa e desenvolvimento e o comprometimento do setor de biotecnologia possa fazer o custo das enzimas usadas no processo de produção do etanol celulósico cair de 45 centavos para 10 centavos de dólar por galão de etanol, permitindo que o combustível chegue ao mercado a um custo competitivo.

Piloto Apesar das vantagens do processo de produção de etanol usado no Brasil, o CTC continua buscando alternativas, assegura Andrade, diretor do centro. De seus laboratórios nasceu uma nova tecnologia, de

dez anos para entrar em produção comercial



o Brasil produziu menos álcool combustível do que os norte-americanos

hidrólise rápida da celulose do bagaço de cana-de-açúcar, que já está sendo empregada numa usina piloto, em Pirassununga, no interior de São Paulo. O novo sistema resultou de uma parceria do CTC com a Dedini Indústria de Base, a maior fabricante brasileira de equipamentos para a produção de etanol. No processo, patenteado pela empresa com o nome de Dedini Hidrólise Rápida (DHR), um solvente ácido dilui a lignina que protege a celulose do bagaço da cana, quebra a cadeia de carbono e gera os açúcares que serão transformados em etanol. O aperfeiçoamento desse processo poderá dobrar a produtividade da indústria

alcooleira. Atualmente é possível extrair 6,4 mil litros de álcool das 80 toneladas de cana limpa produzidos em 1 hectare. Com o processo DHR, o bagaço resultante da moagem da cana – hoje usado para abastecer as caldeiras e gerar energia elétrica – poderia garantir uma produção adicional de 5,6 mil litros de álcool por hectare. Andrade, do CTC, explica que a palha da cana poderia ser usada na produção de eletricidade e para alimentar as caldeiras, o que exigiria pequenas mudanças nas colhedoras e no sistema de alimentação das caldeiras.

O esforço público e privado para aumentar a competitividade brasileira na pro-

dução de etanol e abrir a possibilidade de transformar o país no principal produtor mundial exigirá atenção também ao processo de comercialização e de distribuição. Para que o produto ganhe escala global, nos países que adotaram políticas para misturar o etanol à gasolina, será necessário transformar o combustível numa *commodity*, o que exigirá que sejam estabelecidos padrões de qualidade. Um primeiro passo nessa direção foi o convênio firmado entre os dois órgãos encarregados da normatização de produtos, no Brasil e nos Estados Unidos – Instituto nacional de Metrologia e Normatização (Inmetro) e National Institute of Standards and Technology (NIST) –, que tende a definir padrões, uma vez que os dois países respondem por 72% da produção mundial de etanol. Também será necessário montar uma infra-estrutura de transporte, com dutos especializados que levem o combustível até centrais de armazenamento. E, se o Brasil tem expectativa de se tornar o principal fornecedor para os países em desenvolvimento, será preciso criar centrais de armazenamento no exterior e contar com empresas que dominem o mercado internacional de energia. Isso tornará inevitável a presença da Petrobras no circuito, embora seus maiores lucros sejam provenientes da gasolina e de outros derivados de petróleo. **d**

Saiba mais:



União da Agroindústria Canavieira
de São Paulo (Unica)
www.unica.com.br

Departamento de Energia dos EUA
www.energy.gov

Iogen Corporation
www.ioegen.ca

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)
www.iac.sp.gov.br

Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)
www.ctc.com.br



Embratur

O equilíbrio na diversidade

Debates em torno das melhores formas para reduzir as desigualdades no país ocorrem em diversas esferas. Há inúmeros estudos a respeito do tema, os mais recentes realizados pelo Ipea, acerca dos fundos constitucionais de financiamento. Conclusão que sintetiza as análises: uma única fórmula é incapaz de resolver o problema. É preciso o envolvimento de todos no planejamento e na aplicação eficaz e eficiente de políticas e recursos que respeitem as características locais e promovam o desenvolvimento



É sabido que regiões – países, estados, cidades ou mesmo bairros – não caminham de forma igual, equilibrada ou na mesma direção.

As disparidades, muitas vezes, são pequenas. Em outras são notáveis e impingem dificuldades de toda sorte às populações menos favorecidas. Dados do Fundo Monetário Internacional indicam que a diferença de renda per capita entre a Suíça e Moçambique é de cerca de 500 dólares para 1. No Brasil também se verificam desproporcionalidades gritantes. O *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), indica que, no ano 2000, 81,75% dos moradores do município de Belágua, no Maranhão, tinham renda inferior a 37,75 reais por mês. Não muito distante dali, em Fernando de Noronha, Pernambuco, esse mesmo percentual era de 0,02%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, era o mais elevado do país: 0,919. Manari, em Pernambuco, era o pior do ranking nacional: 0,467.

No entorno do Distrito Federal, onde está instalada a administração do governo federal, há dezenove municípios que vivem

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, criada em fevereiro, pretende servir

basicamente do agronegócio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cristalina e Luziânia registram elevados índices de produção de grãos, e Águas Lindas e Valparaíso de Goiás nada produzem. Nesta última cidade, aliás, há 380 cabeças de gado, enquanto Formosa soma um rebanho de mais de 200 mil animais. Propriedades rurais mecanizadas, administradas em moldes empresariais, com uso intensivo de capital e baixa ocupação de mão-de-obra convivem com outras cujas técnicas são rudimentares – o que implica disparidades de produtividade e competitividade. O potencial turístico não é explorado. Não há empreendimentos de tecnologia de ponta. E, para completar, entre 1991 e 2003 a população cresceu à taxa anual de 5,67%, mais do que o dobro da média do estado de Goiás.

Aí, políticas públicas adquirem relevância na indução de mudanças estruturais para geração de empregos, promoção da competitividade, desenvolvimento do capital social e suporte ao ingresso no comércio internacional. A questão é que, embora o país acumule, em sua história, um vasto leque de políticas voltadas para dirimir o problema, ele persiste. Uma das razões, dizem os estudiosos, está no fato de que em geral as providências são adotadas sem análise prévia nem acompanhamento de resultados. Assim, são desperdiçados recursos – dinheiro público, esforços de empreendedores, esperança de trabalhadores e muito mais.

Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vêm se debruçando sobre o tema há anos. Em todos os trabalhos é reconhecida a importância da implementação de políticas públicas no sentido de abrandar dessemelhanças sociais e econômicas. De um lado, constatam que a redução da ação do Estado é prejudicial ao país como um todo. De outro, descobrem que a falta de acompanhamento dos programas, em especial numa situação de recursos limitados, afasta as chances de alcance dos objetivos pretendidos. A preocupação é produzir subsídios que permitam a



Contrastes: em todos os setores e regiões do país, a mecanização convive com formas rudimentares de

obtenção dos melhores resultados ao menor custo. Essa é uma meta perseguida também por outros. Há exemplos de pesquisas em prefeituras, governos estaduais e ainda em organizações não-governamentais e instituições de fomento nacionais e multilaterais. “Precisamos construir uma política que integre esforços. Somente assim a guerra fiscal poderá ser detida e haverá chance de crescimento equilibrado com respeito às características específicas de cada região”, diz Alexandre Furlan, secretário de Indústria, Comércio e Tecnologia do estado de Mato Grosso.

Complexo O descompasso resulta de um complexo de fatores, e apenas uma medida, ou uma linha de ação, mesmo que bem executada, não basta para superá-lo. “É preciso que haja recursos a juro baixo, que as pessoas estejam informadas e possam obtê-los sem grande burocracia. Que os empreendedores sejam preparados. Que haja educação

de qualidade para as empresas encontrarem a mão-de-obra de que necessitam e os trabalhadores aumentem seus rendimentos. É necessário, ainda, suporte à organização de sistemas cooperados, que reduzam custos e tornem os negócios mais competitivos. E devemos considerar que grandes empresas criam oportunidades, sua atividade tem poder multiplicador cujo efeito é a melhoria do ambiente”, resume Tagore Vilarim de Siqueira, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que dirige os trabalhos da instituição na região Nordeste.

O país conta com organismos que trabalham com os temas citados por Siqueira. O Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) oferece cursos, consultoria, estudos e suporte para que os empreendedores obtenham sucesso em suas investidas. Há um conjunto relativamente amplo de fontes de crédito para impulsionar o investimento privado. O BNDES

Onofre Brito/ASN



produção, o que compromete a competitividade dos produtos

atua nessa área desde o início da década de 1950. Crédito rural e habitacional também estimulam a atividade empresarial – e buscam imprimir maior dinamismo a regiões que, mesmo localizadas em áreas desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, apresentam níveis baixos de desenvolvimento. Na mesma linha, funcionam os incentivos fiscais de reinvestimento e de redução do Imposto de Renda.

No âmbito do governo federal, estão em operação mecanismos de intervenção voltados para áreas historicamente atrasadas – com melhores ou piores resultados, conforme a época e a região (veja o gráfico “Crédito governamental ao setor privado”, na pág. 26). Exemplos são os Fundos Fiscais de Investimento (Finam, para o Norte, e Finor, para o Nordeste), o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres); e os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE). Os fundos constitucionais

de financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) absorvem todos os anos o correspondente a 0,8% do PIB. Nas regiões Norte e Nordeste, programas desse tipo têm resultado em taxas inéditas de crescimento econômico – no caso do Nordeste, 1 a 2 pontos percentuais acima da média nacional (leia o quadro “Fundos constitucionais de financiamento”, ao lado). “Se houvesse a organização dos trabalhos em rede e fossem detectadas as falhas nas ações empreendidas, certamente teríamos resultados melhores”, argumenta Siqueira. “Finalmente, temos regiões deprimidas também fora do Norte e do Nordeste.”

Aqui vale a pena anotar uma iniciativa do BNDES. Trata-se do Programa de Dinamização Regional (PDR). O banco eleva o valor de recursos investidos, reduz a taxa de juro dos empréstimos em 1 ponto percentual e admite operação sem intermediação em municípios onde a carência é maior. Só não contempla, independentemente da

Fundos constitucionais de financiamento

Criados em 1988, os fundos constitucionais de financiamento são compostos por 3% da arrecadação de dois impostos: Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – transferidos pelo Tesouro Nacional para o Ministério da Integração e, daí, aos bancos Nordeste (BNB), Amazônia (Basa) e do Brasil (BB), que cuidam das operações – e pelos juros resultantes dos empréstimos. Das transferências de impostos, o FNE (do Nordeste) fica com 1,8%, e a cada um dos outros dois fundos, do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO), cabe 0,6%. Assim, o dinheiro disponível depende do desempenho da arrecadação (resultado do dinamismo econômico) e também da boa administração dos financiamentos. O que não é repassado a empresas é aplicado em títulos públicos – e rende juros que aumentam o bolo disponível para crédito no ano posterior. Segundo estimativas do Departamento de Gestão dos Fundos do Ministério da Integração Nacional, cerca de 45,5 bilhões de reais emprestados desde 1989 garantiram a manutenção ou a criação de mais de 6 milhões de empregos.

O FCO disponibiliza crédito aos setores industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. Sua área de atuação abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – 463 municípios.

O FNO alcança os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – 449 municípios. Oferece crédito a micro, pequenas, médias e grandes empresas dos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços.

O FNE tem como área de atuação 1.952 municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Pelo menos a metade de seus recursos vai para a região do semi-árido. Produtores, empresas, associações e cooperativas de produção podem ser beneficiárias. É dada preferência a pequenos e miniempreendedores em projetos que envolvam preservação ambiental ou atividades inovadoras.

Os fundos constitucionais de financiamento não se direcionam prioritariamente

localização, empreendimentos relativos a comércio e serviços pessoais, infra-estrutura de energia elétrica e telecomunicações. Entre os que podem se beneficiar do programa estão municípios do sudoeste paulista, do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e do sul do Rio Grande do Sul – todos eles bolsões de pobreza com índices de desenvolvimento humano semelhantes aos do semi-árido nordestino.

Mais. A integração vem se verificando. No início de março, os secretários de Fazenda da região Norte formalizaram a criação de um fórum para a elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e social. Em Mato Grosso, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional reúne os municípios de Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta, Apicás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, cuja economia, basicamente rural, enfrentou um período de estagnação nos últimos anos. Resultado: de acordo com dados do governo estadual, entre 2002 e 2006, apenas com recursos do FCO liberados para o setor rural, foram gerados 285.014 empregos (97.897 diretos e 187.117 indiretos). Nos últimos quatro anos, o estado registrou 1,5 bilhão de reais de investimentos industriais consolidados.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criada por decreto federal em fevereiro, pretende servir para a sistematização de instrumentos de financiamento contidos no Orçamento, dos fundos de desenvolvimento regional, de incentivos e benefícios fiscais. O maior volume de recursos concentra-se nos fundos constitucionais de financiamento, que dispõem de 9,3 bilhões de reais em 2007.

Radiografias As pesquisas desenvolvidas no Ipea buscam a compreensão de qualidades e falhas das ações empreendidas até o momento. Uma de suas linhas de pesquisa investiga os fundos constitucionais de financiamento. O trabalho mais recente, “Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO”, é de autoria de Alexandre Manoel Angelo da Silva, Guilherme Mendes Resende e Raul da Mota Silveira Neto. Trata-

Intervenção estatal e desigualdade

Repasses da Secretaria de Tesouro Nacional aos fundos constitucionais de investimento (em mil reais de 2002)

	FCO	FNO	FNE	Total
1991	308,7	308,7	926,3	1.543,9
2001	528,3	528,3	1.585,1	2.641,9

Fonte: Dados da STN reelaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Regional, coletados por Aristides Monteiro Neto/TD 1229. Ipea

Evolução das desigualdades interestaduais entre 1947 e 2002*

Período	Taxa de crescimento
1947-1969	-1,5
1970-1985	-2,9
1986-2002	-1,0

*Índice de Theil é uma medida do grau de igualdade de distribuição que considera, em seus cálculos, médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita. As taxas de crescimento foram obtidas por meio de ajustamento de funções exponenciais em regressão de mínimos quadrados. Fonte: Dados brutos da FGV e do IBGE trabalhados por Aristides Monteiro Neto/TD 1229. Ipea

se de uma investigação acerca dos resultados obtidos com empréstimos concedidos a empreendimentos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, entre 2000 e 2003, em dois pontos: variação de vagas de trabalho e média salarial. Para tanto, compara o desempenho de firmas formais tomadoras e não tomadoras desses recursos. A conclusão: apenas no Nordeste os recursos do fundo constitucional tiveram algum impacto sobre o número de empregos, embora não sobre o salário. O trabalho é composto de uma série de equações, que buscam a medição mais precisa da variação de emprego e renda. Entretanto, seus autores reconhecem limitações. “Não sabemos, por exemplo, se as empresas que não foram beneficiadas com recursos dos fundos consti-

tucionais recorreram a outros meios de financiamento”, diz Angelo da Silva. “O que nos interessa, no caso, é abrir um precedente de acompanhamento mais minucioso dos gastos públicos e uma frente de discussão.”

A pesquisa foi antecedida de outra, realizada em 2006, que chegou a uma constatação dramática: os empréstimos dos fundos constitucionais de financiamento não se direcionam de forma prioritária aos estados ou municípios mais pobres. Ou seja, são procurados por empresas prósperas, em regiões de índice de desenvolvimento humano elevado, onde há universidades e gente empreendedora. “Identificamos um paradoxo em termos de políticas públicas, pois os recursos têm contribuído para o aumento das desigualdades dentro das regiões”, revela Angelo da Silva. Ele trabalhou com Mansueto Facundo Almeida e Guilherme Mendes Resende na pesquisa “Uma análise dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)”. As razões para o fenômeno são muitas. Vão da carência de informação a complexidades burocráticas e falta de ações proativas das instituições financiadoras. Considerando que é necessária a tomada de medidas para a promoção de maior equidade no país, o próximo passo da equipe será uma análise dos contratos, das dificuldades de acesso a financiamento e do valor de recursos liberados por empresa. “Somente uma série de estudos poderá fundamentar políticas mais eficientes e eficazes”, conclui o pesquisador.

“Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo”, de Aristides Monteiro Neto, cuida da crise do Estado na última década e de suas conseqüências em termos de desigualdades regionais. Constata a redução da importância da intervenção governamental para minorar as disparidades entre regiões. Entre as informações que reúne, algumas são alarmantes. Entre 1990 e 2002, as taxas de expansão dos produtos regionais foram ainda menores do que as verificadas nos anos 1980, período recessivo conhecido como “década perdida” (veja as tabelas

às áreas mais pobres e, assim, contribuem para o aumento das desigualdades

Márcia Gauthier/ASB



Silvio Simões/ASB



Fundos constitucionais favorecem empresários de regiões ricas e não alcançam mais pobres

“Intervenção estatal e desigualdade”, na página ao lado). “A perda de raio de ação do Estado sobre instrumentos de política econômica implicou a deterioração de sua capacidade para imprimir trajetória benigna ao crescimento e o estancamento da desconcentração produtiva”, diz Monteiro Neto. Faltaram investimentos públicos, e os privados não atenderam às necessidades dos menos fa-

vorecidos. Assim, acentuou-se a concentração de riqueza. “A queda do investimento público se fez notar em todas as grandes regiões, com efeitos deletérios sobre as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita. Contribuiu para que a desconcentração produtiva no país fosse paralisada”, acrescenta. Mais: sua pesquisa encontrou indicações de que a redução no

gasto governamental nos períodos de 1991-1995 e 1996-2000 teve efeito propagador mais que proporcional sobre a queda no nível de atividade – um alerta acerca do potencial expansivo dos investimentos públicos sobre a economia.

Mobilização Em anos recentes, a ação do governo tem-se feito notar. As superintendências de desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) foram recriadas. Entre 2003 e 2006, o Banco do Nordeste (BNB) injetou quase 20 bilhões de reais na economia do Nordeste, sendo mais da metade proveniente do FNE – valor que corresponde a mais de 40% do que foi aplicado desde a criação do Fundo. O Plano de Aplicação de Recursos do FNO do Banco da Amazônia (Basa) para 2007 inclui duas novas modalidades de financiamento. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf) apóia atividades que empreguem produtores rurais e suas famílias. O Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável) subsidia empreendimentos que promovam a reabilitação de áreas degradadas, utilizem tecnologias para a redução de impactos ambientais, adotem técnicas que aumentem a competitividade, desenvolvam a aquicultura e o potencial turístico da região.

O setor turístico também está no foco do Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional do Centro-Oeste do FCO. Desde janeiro, as taxas de juro cobradas pelo Banco do Brasil (BB) nas operações para o setor caíram 17%. Os recursos podem ser direcionados para hotéis, pousadas, renovação de parque tecnológico, agências de viagens, restaurantes e outros bens e serviços – inclusive por médias e grandes empresas. Cada tomador pode emprestar até 4,8 milhões de reais – mas o montante pode atingir 40 milhões nos casos em que os projetos forem considerados de alta relevância para o desenvolvimento regional. A Perdigão, uma das maiores empresas de alimentos de capital nacional, e seus fornecedores sacaram empréstimos do Fundo para viabilizar

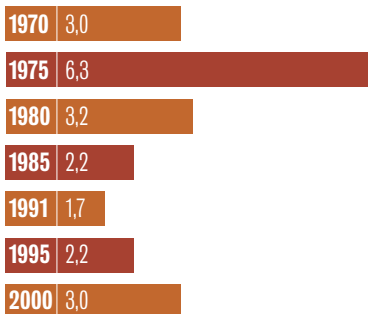
Houve progressos. No Espírito Santo, o número de pobres caiu à metade entre 1992 e 2005

a construção de um complexo industrial inaugurado no final de março na cidade de Mineiros, em Goiás. Ali estão sendo processadas 81 mil toneladas anuais de produtos à base de carne de aves. O complexo é um dos maiores empregadores do estado, com 2 mil funcionários e 9 mil trabalhadores indiretamente ligados a suas atividades. A Perdígão fornece insumos e assistência técnica aos produtores e compra sua produção.

O BB estabeleceu neste ano, também, uma estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). No Mato Grosso do Sul, por exemplo, 750 famílias de agricultores do município Glória de Dourados, em que a principal atividade produtiva é a criação de gado leiteiro, vêm sendo beneficiadas. O programa envolve onze parceiros e dezenove ações para incrementar a produção, melhorar a qualidade do leite e a infra-estrutura produtiva, adequar as propriedades à legislação sanitária e ambiental, promover a recuperação do meio ambiente e reestruturar associações.

Resultados Há sinais de que os esforços para encurtar a distância da prosperidade entre diferentes áreas geográficas e dos rendimentos dos brasileiros têm surtido efeito. Na última década houve redução de 11 pontos percentuais na proporção de pobres entre a população cearense. O estado ainda ocupa a oitava pior posição no ranking nacional da concentração de renda, conforme dados do IBGE. Mas a situação já foi bem pior: no ano 2000, o Ceará era campeão nacional nesse quesito. O avanço é atribuído ao combate à pobreza implementado no Programa de Desenvolvimento Econômico Regional, que tem investido na reestruturação espacial das cidades de médio porte do interior e na formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em 2006, entre os onze estados beneficiados pelo FNE, o Ceará foi o segundo colocado, tanto em volume de recursos quanto em número de operações realizadas. Recebeu mais de 86 mil empréstimos, num valor total de 586 milhões de reais, que corresponderam a 12,8% dos recursos disponibilizados pelo fundo.

Crédito governamental ao setor privado no Brasil, em % do PIB*



* Foram considerados desembolsos diretos, indiretos e subsidiários do BNDES, Fundos Constitucionais de Investimento, crédito rural para investimento, crédito habitacional e Fundos Fiscais de Investimento.

Fontes: BNDES e STN in Aristides Monteiro Neto/TD 1229, Ipea

Estudos do IBGE e do Ipea mostram que o Espírito Santo também evoluiu em termos de desigualdade social. Entre 1992 e 2005, o número de pessoas pobres residentes no estado caiu quase à metade. Para a obtenção desse resultado foram aplicados recursos federais, mas também foram implementados programas estaduais, de investimento na melhoria dos serviços de educação e saúde, transportes, meio ambiente e saneamento, que possibilitaram a interiorização do desenvolvimento econômico. Para que os indicadores melhorem ainda mais, foi criado, em março, o Fundo de Desenvolvimento do Interior, com 30 milhões de reais provenientes de parte do lucro obtido em 2006 pelo Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes).

Mato Grosso é o estado brasileiro que mais cresceu nos últimos vinte anos. Seu PIB saltou 315% e a atividade agropecuária registrou aumento de 1.200% entre 1985 e 2004. Um dos investimentos provenientes do FCO que contribuíram para esse desempenho: a expansão da usina da empresa Barralcool, em Barra do Bugres, no interior do estado. No final de 2006, a instalação se tornou a primeira usina integrada de produção de biodiesel, álcool combustível e açúcar; e a terceira maior unidade de pro-

dução de biodiesel entre as catorze existentes no país, segundo informação do Ministério de Minas e Energia. Os dados do ministério indicam que suas atividades envolvem catorze municípios, empregam 600 pessoas na zona rural e 80 na área urbana.

Recentemente, o Instituto Mundial de Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico, da Universidade das Nações Unidas (UNU-Wider), lançou um projeto sobre disparidades espaciais no desenvolvimento humano que reuniu estudos, alguns sobre o Brasil, numa série denominada “*Spatial Disparities in Human Development*”. Embora tratem de realidades diferentes, permitem conclusões genéricas. A desigualdade é elevada e, em muitos países, crescente. Isso por motivos naturais (de localização, qualidade da terra e disponibilidade de água, por exemplo), de concentração populacional (pois nas cidades tende a haver maior investimento em educação e tecnologia, o que gera elevação de produtividade num círculo virtuoso), de infra-estrutura e abertura comercial. A aplicação de políticas públicas adequadas à administração das disparidades e à descentralização da atividade econômica é, de acordo com os estudos, necessidade evidente em todo o planeta. O Brasil, como se viu nesse apanhado de estudos e casos, está nessa luta, para dar maior qualidade de vida à população e deixar de figurar, nos rankings internacionais, como um dos países mais desiguais do mundo. **1**

Saiba mais:



Ministério da Integração
www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais

Banco do Nordeste (BNB)
www.bnb.gov.br

Banco da Amazônia (Basa)
www.basa.com.br

Banco do Brasil (BB)
www.bancodobrasil.com.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
www.bndes.gov.br

Punição: vingança ou prevenção?



Divulgação

Nos últimos meses, eventos violentos, como o assassinato do menino João Hélio, reacenderam, na sociedade brasileira, um antigo debate sobre as penas aplicadas aos infratores e o significado de tais punições. Uma fala comum é que “a pena de morte é pouco para os bandidos”, devendo a punição aplicada causar sofrimento máximo ao infrator. Esse desejo de punição desmedido, no entanto, perde força no debate público porque coloca em xeque a limitação do poder do Estado em punir: só existe crime se previsto em lei, a pena só pode ser aplicada após um devido processo legal em que se garanta amplo direito de defesa etc.

Mas e se a Lei de Talião for a medida? A defesa da pena de morte ou de penas cruéis pode se basear no “Olho por olho, dente por dente”. Esse princípio permitiria fazer “justiça” à vítima (familiares, amigos) e seria “pedagógico”, ao fazer o infrator sentir ele mesmo a dor que causou. Mas há problemas nessa “justiça” e nessa “pedagogia”. A pena de morte ou cruel cria outras vítimas: mesmo que se deixe de lado o agressor, sua família será exposta a um forte e injusto sofrimento. Além disso, corre-se sempre o risco de punir irreparavelmente um inocente. Em termos “pedagógicos”, tais penas transmitem ainda para a sociedade o princípio de que a agressão física é legítima se for praticada contra alguém que merece, mesmo que já esteja submetido pelo Estado. Isso tende a alimentar a cultura da violência, reduzindo interditos morais para o controle da agressividade.

Outra fala comum na sociedade é a defesa da “prisão perpétua para os criminosos”. Se a punição visa ao controle do crime, a prisão perpétua, mesmo que não eficiente, é uma pena eficaz, pois garante que o infrator nunca mais terá a chance de, fora da prisão, cometer um novo crime. No entanto, tal pena exclui completamente o infrator do convívio em sociedade. A sociedade exime-se de qualquer influência sobre os crimes, o único responsável é o indivíduo. Não importa mais se família, vizinhança, escola, Estado e sociedade em geral tiveram, por ação ou omissão, qualquer efeito sobre o respeito às leis e aos direitos ou sobre a constituição do indivíduo que cometeu aquele

crime. A sociedade assume que pode excluir um indivíduo, mesmo que não o tenha protegido contra violências na infância, não lhe fez apreender as normas de convívio social e de controle dos impulsos, não lhe deu oportunidades de inserção social etc. O princípio da solidariedade está rompido e, por isso, não há necessidade de se tentar sua recuperação. No entanto, a Constituição de 1988 abriu mão dessa pena, confiante na capacidade da sociedade de encontrar outras punições capazes de prevenir a violência e permitir a reinserção social dos infratores.

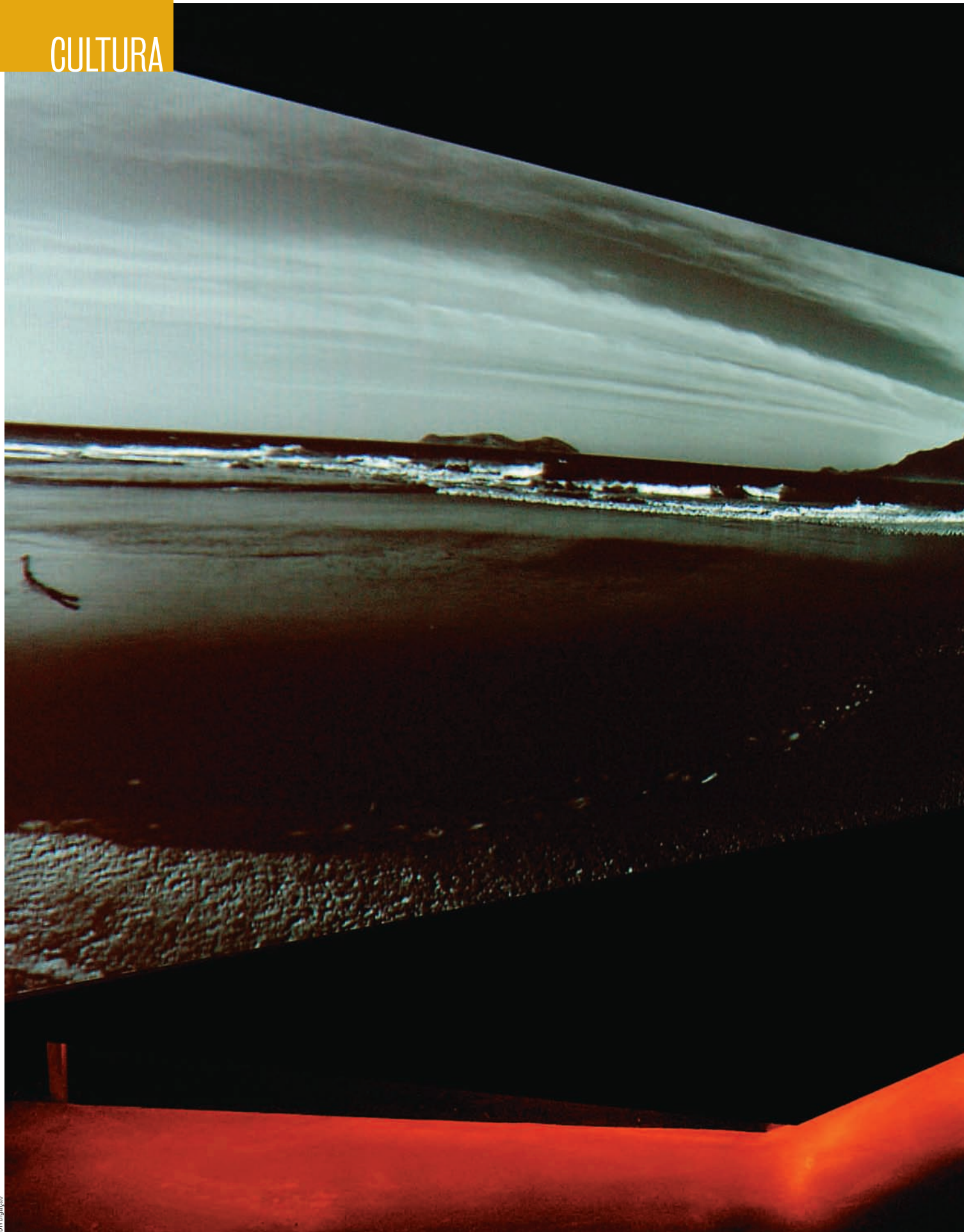
Mas é possível recuperar um infrator? Vários são os testemunhos de pessoas que se arrependeram de seus atos atroz e construíram nova vida em igrejas. Se tais testemunhos são verdadeiros, cabe comprovação, mas estudos realizados na Inglaterra e nos Estados Unidos mostram que há vários casos de egressos do sistema penal que foram acompanhados por alguns anos e que não voltaram a reincidir em seus delitos.

Cabe aqui propor outra perspectiva. Uma teoria básica na criminologia é que a prevenção ao crime por meio da aplicação de penas se dá pela dissuasão dos indivíduos. Essa dissuasão é fruto menos da dureza da sanção e mais do risco que o possível infrator percebe de que ocorrerá punição. No Brasil, esse problema é gravíssimo. Um das causas das altas taxas de homicídio do país é que o risco de alguém que cometa tal crime seja punido é inferior a 10%.

Por fim, é louvável que o Congresso esteja discutindo propostas para a redução da violência, mas é preciso, além de dar uma rápida resposta à sociedade, enfrentar problemas relevantes para a política pública. Que mudanças legais podem permitir aumentar a eficiência da polícia, tornar o processo criminal mais ágil ou fazer com que a Lei de Execução Penal seja respeitada no Brasil? É na busca por soluções para esses problemas que se pode obter uma melhor eficiência do Complexo de Segurança Pública, Justiça Criminal e Sistema Penitenciário na prevenção à violência.

Helder Ferreira é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“Em termos ‘pedagógicos’, as penas cruéis transmitem para a sociedade o princípio de que a agressão física é legítima se for praticada contra alguém que merece, mesmo que já esteja submetido pelo Estado”



Museus à beira de um ataque de nervos

Por **Sucena Shkrada Resk**, de São Paulo

O Brasil conta com cerca de 2,3 mil instituições museológicas ativas, mas praticamente todas sofrem com a falta de público, de recursos e de profissionais qualificados. Atualmente, 76 estão com as portas fechadas. As esperanças do setor estão depositadas no Sistema Brasileiro de Museus, um novo regime de gestão que começou a ser implantado em 2003

Ao completar 60 anos, o Masp, dono do maior acervo de arte moderna da

Rodney Suguita/Folha Imagem



Pinacoteca do Estado de São Paulo: um dos mais tradicionais espaços de arte no Brasil enfrenta dificuldades para adquirir novas peças para o acervo

Museus públicos e privados brasileiros enfrentam hoje uma batalha diária para garantir a sobrevivência no mercado cultural. Falta de recursos para melhorar a infra-estrutura, a programação e o acervo, além de carência de mão-de-obra qualificada, são as principais dificuldades apontadas pelas instituições. Das 2.285 unidades distribuídas no país, 76 estão com as portas fechadas, enquanto outras centenas convivem com o fantasma da crise. As estatísticas integram o Cadastro Nacional do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura (Iphan/Minc).

Um dos anúncios mais recentes foi o

fechamento em março, por tempo indeterminado, do Museu Internacional de Arte Naif do Brasil (Mian), no Rio de Janeiro, coordenado pela Fundação Lucien Finkelstein. À procura de parceiros, atualmente a instituição conta somente com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, na cobertura a um terço de suas despesas. O espaço cultural inaugurado em 1995 é considerado um dos mais importantes representantes mundiais do gênero de pintura intitulado de ingênuo e primitivo, com um acervo superior a 6 mil obras, algumas do século XV.

“Não temos previsão de reabertura. Por enquanto, atenderemos visitas agendadas e monitoradas com no mínimo dez pessoas. O museu aberto custa muito caro, desde a

folha de pagamento até as contas de consumo. Nos últimos anos, tivemos dificuldades para consolidar projetos com a iniciativa privada e com outras fontes de recursos públicos. Estamos concentrando esforços nesse sentido para mudar esse quadro”, afirma a diretora da instituição, a museóloga Jacqueline Finkelstein.

Ao completar 60 anos, o maior acervo de arte moderna da América Latina, o Museu de Arte de São Paulo – Assis Chateaubriand (Masp), também não escapa aos problemas financeiros e vê seu público minguar ano a ano. Administrado pela sociedade civil sob a presidência do arquiteto Júlio Neves, a instituição, nos últimos anos, acumulou um caixa negativo que chega a 10 milhões de reais.

América Latina, vê seus visitantes minguarem e suas dívidas crescerem

Sem uma solução imediata, o atual curador coordenador do Masp, o crítico de arte Teixeira Coelho, defende que uma das saídas para revitalizar a instituição é investir na formação de coleções mais completas e atrativas ao público, por meio da troca de obras de determinados artistas com outras instituições, além de buscar efetivamente patrocinadores. O patrocínio foi o único meio de garantir recentemente a mostra de uma coleção internacional de obras do artista espanhol Francisco de Goya.

A parceria público-privada parece ter se tornado imprescindível. Pelo menos essa é a opinião de Vera Lúcia Bottrel Tostes, diretora do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, uma unidade federal inaugurada em 1922, detentora de um dos maiores acervos nacionais, superior a 268 mil peças. “Hoje, mais de dois terços dos recursos da instituição, 3,8 milhões de reais, provêm de convênios, e cerca de 1,7 milhão de reais vêm do Iphan, valor que é destinado à manutenção básica de infra-estrutura”, diz. Para manter um público anual na faixa de 150 mil pessoas, a diretora conta que é estratégico recorrer à versatilidade. “Promovemos exposições temporárias, espetáculos de música, teatro e programação para crianças, além de outros eventos culturais”, relata.

A maior dificuldade enfrentada pelo Museu, segundo a diretora, é a renovação e a ampliação de seu quadro funcional, preenchido por 70 profissionais fixos e o mesmo número de temporários. Em concurso aberto pelo Iphan no ano passado, a unidade recebeu só um arquivista e um historiador. “Nosso acervo é muito grande e precisamos de profissionais especializados.

Algumas técnicas têm de ser passadas de geração para geração e não se aprendem só na universidade. Mantemos cursos de formação, mas não conseguimos captar essa mão-de-obra, que acaba indo para outras opções mais atrativas financeiramente no mercado”, constata Tostes. O maior exemplo desse déficit operacional está na manutenção da coleção de moedas do museu, que é a maior da América Latina. “Só temos dois profissionais para cuidar do acervo e um deles está prestes a se aposentar.”

Para Cristiana Tejo, diretora do Museu Municipal de Arte Moderna Aloísio Magalhães (Mamam), no Recife (PE), o trâmite lento da viabilização dos recursos provenientes de órgãos governamentais é outro fator que obriga os gestores a buscar o auxílio da iniciativa privada. “A verba institucional geralmente só cobre as despesas básicas e a programação anual e não dá para fazer obras de manutenção”, relata.

Segundo a diretora, atualmente o museu precisa reformar urgentemente suas instalações elétricas e ampliar sua acessibilidade para atender o público com segurança. “O prédio é de madeira e tem três pisos, sem dispor de um elevador. Com isso, inviabiliza a visita de idosos e portadores de deficiência. Já enviamos projetos ao governo federal e preparamos incursões com a iniciativa privada, além de ampliar o diálogo com a sociedade civil para tentarmos obter os recursos.”

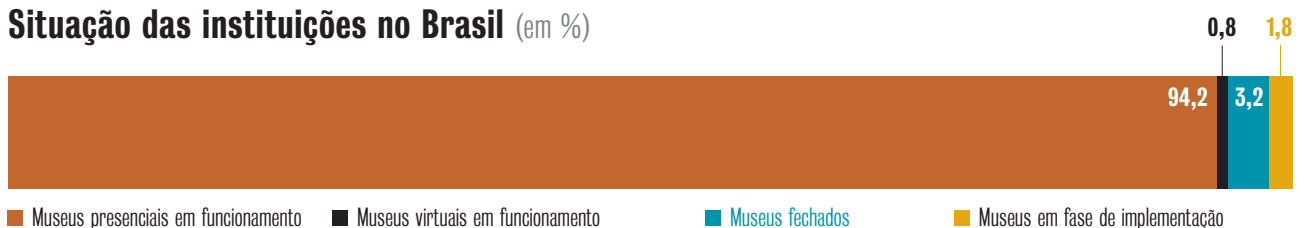
Longo prazo Marcelo Mattos Araújo, diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo, que está no hall dos mais tradicionais e eficientes espaços de arte do Brasil, afirma que um dos aspectos importantes na gestão

museológica é não perder a perspectiva de planejamento de médio e longo prazo. Projetos imediatistas, segundo ele, podem ser fatais para a instituição. Mesmo assim, como os demais museus brasileiros, tem dificuldades de fazer novas aquisições para o acervo, dependendo praticamente de doações. Também não consegue efetivar projetos de modernização, como da página na Internet, que se encontra em manutenção.

“Para manter a instituição viva, nosso desafio é buscar a articulação entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, além de acompanhar as novas linguagens contemporâneas e promover a inclusão social, por meio de entrada gratuita no museu aos sábados, entre outras ações”, afirma Araújo. Com um público anual aproximado de 500 mil pessoas, a Pinacoteca do Estado possui atualmente um acervo com cerca de 6,5 mil itens de obras artísticas que vão desde a segunda metade do século XIX até a fase contemporânea. O sucesso de público, entretanto, não pode ser utilizado como elemento absoluto de avaliação, na opinião do diretor. “O que devem ser julgadas são a natureza e a qualidade dessa relação”, diz.

Infra-estrutura O quadro da crise do setor museológico ganha mais elementos quando ingressa no interior do Brasil. Na cidade de São Raimundo Nonato, no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), a coordenadora da Fundação do Museu do Homem Americano (Fumdhm), a antropóloga Niède Guidon, afirma que tem como principal adversária a precariedade da infra-estrutura logística local. Segundo a especialista, a situação pode comprometer

Situação das instituições no Brasil (em %)



Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

Única referência sistematizada, no Brasil, sobre arte rupestre, o Museu do Homem

o futuro da unidade, que é a única referência sistematizada no Brasil sobre arte rupestre, com um acervo composto por mais de 1 milhão de peças.

“O maior problema são os sucessivos adiamentos e investimentos financeiros ‘perdidos’ pela gestão pública, desde 1998, para a construção do aeroporto internacional na região”, critica. Segundo Niède, as obras foram interrompidas, apesar de o empreendimento ser estratégico para a implementação de um pólo turístico voltado para o desenvolvimento socioeconômico local. O governo do Piauí anunciou que a inauguração do aeroporto está programada para o ano que vem.

“Sem aeroporto e com as estradas esburacadas, que representam um perigo terrível, principalmente na estação das chuvas, são recebidos somente 12 mil turistas por ano, em vez dos 3 milhões aguardados. Desse modo, fica difícil assegurar a manutenção do Museu e, sobretudo, manter a exposição em dia com as novas descobertas”, diz. Só no ano passado foram descobertos mais 200 sítios arqueológicos, segundo Niède.

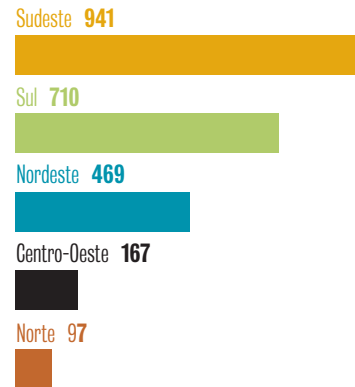
A arqueóloga afirma que essa situação dificulta a auto-sustentabilidade do projeto e prejudica os investimentos feitos até agora. A instituição chegou a receber recursos de diversos organismos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possibilitou a contratação de uma firma suíça responsável pelo estudo destinado à organização e pela oferta de atrativos às visitas. O Iphan em 2005 também apoiou a modernização de parte da exposição.

Espelho do país O diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan/Minc, José do Nascimento Júnior, constata que a realidade dos museus brasileiros espelha a realidade do país. “São instituições vivas e, nesse sentido, refletem o contexto econômico, social e cultural onde estão inseridas. Assim, os problemas vão de infra-estrutura à falta de qualificação de pessoal”, diz.

Para Adolfo Nobre, presidente da Associação Brasileira de Museologia (ABM),

Regiões Sul e Sudeste concentram quase 70% dos museus

(número de museus por região)*



*19 Museus virtuais
Fonte: Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

na maioria dos casos falta compreensão por parte dos gestores quanto ao papel dos museus e suas finalidades. “São instrumentos para o desenvolvimento social, de percepção crítica da realidade, suporte educativo, gerador de renda e de auto-estima”, afirma. Outras dificuldades são decorrentes da ausência de padrões universais definidos, o que estimula a prática de procedimentos informais, que vão desde a aquisição até o descarte de acervos, passando por atividades de restauro e permissão de reprodução não documentada devidamente.

Nobre considera que atualmente os pequenos museus municipais registram a maior dificuldade do sistema para adequar-se a um padrão mínimo de gestão museológica, pois, em muitos casos, não têm orçamento próprio nem profissionais qualificados. “Os maiores problemas de uma gestão são a falta de um horizonte definido e o desconhecimento do instrumento que se tem em mãos para alcançar os objetivos pretendidos.”

Mas o Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan/Minc começou, em 2003, a dar os primeiros passos para acabar com essa “informalidade” da gestão dos

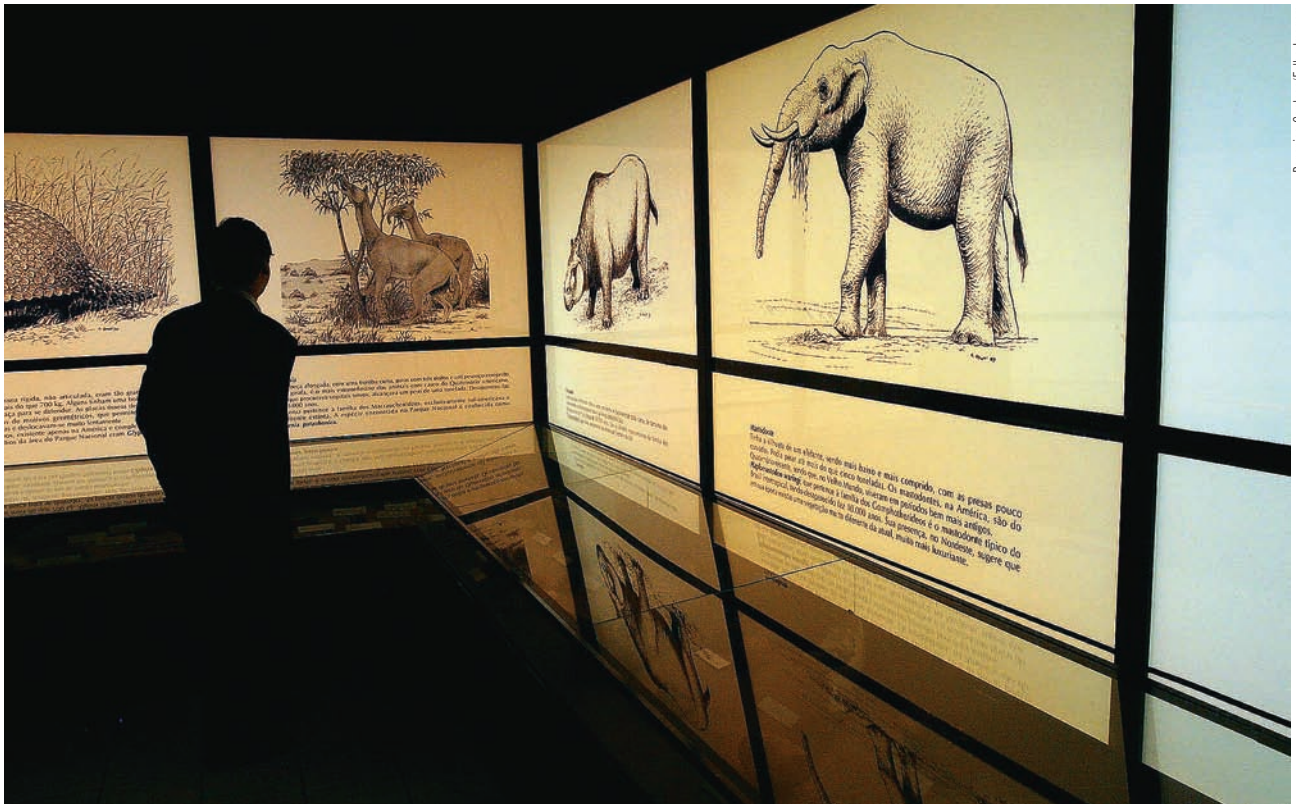
museus. Nesse ano foi lançada a Política Nacional de Museus (PNM), que resultou na criação do Sistema Brasileiro de Museus. O novo modelo administrativo ainda está em fase de implementação, em parceria com municípios, estados e sociedade civil. Segundo o órgão federal, o objetivo é organizar e otimizar projetos nas unidades públicas e privadas distribuídas pelo país.

Cadastramento Uma das ações mais recentes foi a criação do Cadastro Nacional dos Museus, resultado de um levantamento realizado entre março e outubro de 2006, quando foi celebrado o Ano Nacional dos Museus, atualizado no mês passado. O novo levantamento aponta a existência de 2.403 instituições mapeadas, o que representa mais de 400% do total cadastrado no último guia publicado no Brasil, em 2000. Nesse panorama estão incluídos também museus fechados (76) ou em processo de implementação (42) entre 2007 e 2008. A maioria é do tipo presencial, sendo somente dezenove virtuais (veja gráfico na pág. 31).

Segundo Nascimento Júnior, diretor do departamento, alguns dos resultados significativos do PNM são o fortalecimento de políticas públicas por meio do cadastro e o aumento de editais de financiamentos, que já possibilitaram a modernização de diversos museus. Entre eles o projeto de informatização do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e a implementação do Programa de Registro, Difusão e Salvaguarda das Manifestações Culturais do Estado do Pará, no Museu da Imagem e do Som do Pará. São investidos aproximadamente 95 milhões de reais ao ano, entre Orçamento federal e Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O problema está na concentração dos investimentos nas regiões Sul e Sudeste do país, onde ficam 70% das unidades, de acordo com Nobre, da ABM. “Isso se deve não só ao fato de que a maioria das instituições estão instaladas nessas regiões, mas também à falta de qualificação profissional para a elaboração de projetos de

Americano recebe anualmente 12 mil visitantes. Eram esperados 3 milhões



Bernotas Cardoso/Folha Imagem



Divulgação

O Museu do Homem Americano, no Piauí, conta com mais de 1 milhão de peças em seu acervo, mas não recebe visitantes suficientes para se manter

Levantamento realizado neste ano aponta a existência de 2.285 museus em funcionamento

captação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (veja gráfico na pág. 32). O museólogo estima que a questão será gradualmente resolvida com políticas afirmativas e com o reforço no oferecimento de cursos e oficinas de elaboração de projetos nessas regiões.

Capacitação O Programa Nacional de Formação e Capacitação do PNM existe desde 2003 e até agora registrou mais de 11 mil participantes em 22 estados e no Distrito Federal, mas ainda não foi suficiente para solucionar uma das maiores carências do setor: a de mão-de-obra qualificada. “Esperamos em 2007 atingir a marca de cem oficinas, capacitando aproximadamente 15 mil pessoas”, diz Nascimento Júnior. Na grade há temas como Implantação, Gestão, Organização e Segurança em Museus. As ações também se estendem a parcerias com universidades para a criação de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia.

Até 2003, apenas a UniRio e a Univer-

sidade Federal da Bahia (UFBA) formavam museólogos no país. Atualmente, a situação melhorou um pouco. Estão em funcionamento um curso de pós-graduação no nível de mestrado e mais três de graduação vinculados à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Rio Grande do Sul, à Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE), em Santa Catarina, e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). São previstos mais quatro cursos, ainda em fase de implantação, nas Universidades Federais do Pará (UFPA), de Brasília (UnB), de Minas Gerais (UFMG) e de Sergipe (UFS).

Outra medida tomada no ano passado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan/Minc foi a aprovação de uma portaria para regulamentar a ligação entre as associações de amigos de museus e as instituições federais. Segundo Nascimento Júnior, a medida tornará a relação mais transparente. “As associações têm contribuído de forma positiva para o processo de sustentabilidade e para a me-

lhoria das instituições museológicas, mas é importante que esse intercâmbio seja claro para a sociedade e as esferas públicas”, afirma.

Adolfo Nobre, da ABM, explica que o controle é necessário porque as associações de amigos de museus, em muitos casos, funcionam como a principal fonte de recursos das unidades, pela facilidade que têm de arrecadar e gastar, sem necessidade de enfrentar os trâmites burocráticos exigidos pelas leis que regulam o uso de verbas públicas. “Já são conhecidos casos em que os museus se tornaram reféns de suas associações, e vice-versa. Fico receoso apenas quanto ao caráter legal da portaria, já que a Constituição Federal estabelece a liberdade de associação e o Código Civil prevê as formas de organização dessas entidades”, analisa Nobre. O museólogo acredita que a destinação de mais recursos públicos aos museus federais atenuará essa situação.

Criação do Ibram Na pauta do Programa Nacional de Museus (PNM), o que ainda é



O sucesso da língua

Uma das experiências museológicas mais bem-sucedidas na atualidade é o Museu da Língua Portuguesa, sob coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, localizado no prédio restaurado da histórica Estação Ferroviária da Luz, em São Paulo. A unidade completou um ano de funcionamento em março e já superou a marca de 570 mil visitantes.

O projeto é resultado de um investimento expressivo de 37 milhões de reais, realizado pela administração pública estadual com a Fundação Roberto Marinho e patrocínio do setor empresarial por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O diretor executivo do Museu da Língua Portuguesa, Antônio Carlos de Moraes Sartini, credita o significativo volume de público ao planejamento da instituição, mas afirma que, sem a realização de diagnósticos periódicos da gestão, a instituição pode perder o foco de sua proposta principal. “O museu foi criado para mostrar que a língua portuguesa é um patrimônio do cidadão, quebrando conceitos elitistas e herméticos.” A implementação exige muito esforço, segundo ele, já que é difícil quebrar o paradigma de ter um acervo que não é material.

no Brasil, 400% mais do que se tinha conhecimento no último guia publicado, em 2000

aguardado pelo setor, está a aprovação do Projeto de Lei que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), uma nova autarquia para gerir os 28 museus atualmente ligados ao Iphan. Os ministérios do Planejamento e da Cultura estão na fase final de elaboração do texto. “Esperamos que, com o lançamento ainda em 2007, haja um avanço nos programas e projetos específicos que colaboram para o crescimento do setor”, diz Nascimento Júnior, do Iphan/Minc.

Nobre, da ABM, explica que a criação de uma instituição dessa natureza é uma reivindicação antiga da comunidade museológica. “Poderá estabelecer uma nova fase para os museus no Brasil, longe do colecionismo dos ilustrados, das propagandas de estado e dos estereótipos de depósito de coisas velhas”, considera.

O Estatuto dos Museus, que é a normatização do setor, é mais uma lacuna a ser preenchida e está sob análise na Câmara dos Deputados. “O texto foi objeto de ampla discussão com o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, resul-

tando no Projeto de Lei nº 7.568/06. Certamente quando for aprovado será um marco regulatório”, analisa Nascimento Júnior. A estimativa é que a votação ocorra ainda neste semestre.

Educação Apesar de todas as ações já desenvolvidas até agora pelo PNM, Nascimento Júnior afirma que a tarefa de melhoria e sustentabilidade dos museus brasileiros tem ainda uma longa trajetória pela frente. “É preciso adensar as ações da Política Nacional para que se tornem uma política de Estado. Para tanto, precisamos ampliar as possibilidades de financiamento e fomento em todas as esferas de governo e não apenas no governo federal”, afirma.

O antropólogo conclui que as transformações devem ocorrer também na área de educação. “A escola é um espaço de formação humanística e precisa incorporar em seu currículo conteúdo que sensibilize os jovens e as crianças para as questões de memória e patrimônio. Essa revolução poderia, a princípio, ser capi-

taneada pelas secretarias municipais e estaduais de Educação”, diz. O fato de o universo museológico nacional requerer ainda muito aprimoramento não impede que novos projetos estejam em andamento no país. O que é possível registrar atualmente é a ampliação da visão empresarial com mais ênfase em iniciativas temáticas de grande porte, além de projetos com coleções particulares, entre outras.

Nesse viés, um dos anúncios mais recentes é o início das obras do Museu do Futebol, no Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu), em São Paulo. O projeto, lançado no final de 2005, tem previsão de inauguração em 2008. Orçado em 25 milhões de reais, reúne o poder público municipal com a Fundação Roberto Marinho, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e parceiros da iniciativa privada. Mas, como qualquer outro empreendimento, vai requerer após sua inauguração uma gestão modernizada para enfrentar os obstáculos impostos hoje pelo mercado cultural. **d**

Para isso, já estão programadas algumas ações estratégicas neste ano. Segundo Sartini, uma delas é o fechamento de uma parceria com a prefeitura de São Paulo para levar gratuitamente ao museu cerca de 30 mil famílias que são atendidas por programas sociais. Atualmente, a maior parte do público da unidade são mulheres na faixa dos 30 a 50 anos, com nível secundário ou universitário concluído.

Na área tecnológica, o museu pretende repaginar seu portal na Internet. “Constatamos que está estático e partimos para sua reformulação com a proposta de torná-lo um ponto de encontro das comunidades de língua portuguesa em vários países do mundo”, diz. E outra novidade está sendo implementada nas mostras temporárias de grandes autores. “O público escolar começará a receber cartilhas com base na mostra de obras de Clarice Lispector, porque avaliamos que o museu deve ter um papel mais ativo além de suas portas, contribuindo também na sala de aula”, afirma o diretor.

Desde outubro do ano passado, a administração da unidade está sob a direção da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Instituto Brasil Leitor (IBL). “Oitenta por cento dos recursos são provenientes do governo do estado e 20% da própria IBL. Mas, no futuro, a intenção é que essa fatia não-governamental aumente principalmente

nas exposições temporárias e nas atividades regulares. É importante, entretanto, que o Estado continue a assumir suas responsabilidades na manutenção da infra-estrutura”, diz Sartini. O valor anual dos repasses do governo chega a 2,8 milhões de reais.

O diretor-geral do IBL, William Naked, afirma que a participação de órgãos não-governamentais na gestão de patrimônios públicos facilita a captação de parceiros e a auto-sustentabilidade da instituição. “O Estado tem pouco tempo, dinheiro e liberdade gerencial, além de responder por outras atribuições. Os museus, por uma ordem de prioridades, acabam ficando para trás. E é aí que a sociedade civil pode colaborar. E a transparência nessa relação existe porque somos cobrados e só permaneceremos enquanto tivermos eficiência”, diz.

Sílvia Antibas, diretora do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, afirma que a presença mais expressiva da sociedade é uma tendência que cresce nos principais museus públicos paulistas. Hoje também estão sob gestão compartilhada a Pinacoteca do Estado, o Museu da Casa Brasileira, o Museu da Imigração e o Museu da Imagem e do Som (MIS). “Neste ano, o Museu de Arte Sacra e o de Brodóski (*com obras de Cândido Portinari*) iniciarão a experiência”, diz a diretora.



orlander

Você, caro leitor, já deve ter passado pela nada agradável experiência de ficar horas numa fila de algum órgão público para realizar algum serviço ou até mesmo para obter uma simples informação. Perdem-se tempo e paciência. Filas intermináveis no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para ter notícias sobre o andamento de processos de revisão de benefícios, por exemplo, são corriqueiras na vida do cidadão brasileiro. A boa notícia é que essa realidade começa a mudar. Agora, bastam dois cliques para saber como anda seu processo. Também é fácil fazer, pela Internet, o

Neste ano, a Receita Federal espera que 23 milhões de declarações do Imposto de Renda cheguem via Internet. Em outubro do ano passado, mais de 100 milhões de eleitores expressaram sua opinião pressionando as teclas da urna eletrônica. E o portal da Câmara dos Deputados recebe, mensalmente, cerca de 1,2 milhão de consultas. O Brasil ocupa um honroso 17º lugar no ranking da ONU de governo eletrônico, mas ainda há muito por fazer, sobretudo no âmbito municipal.

Cidadania on-line

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

requerimento de auxílio-doença e o agendamento de perícia médica em algum posto do INSS de sua escolha. Só o governo federal coloca à disposição cerca de 2 mil serviços por meio de trezentos portais.

Não é segredo para ninguém que a tecnologia da informação tem proporcionado, nos últimos anos, mudanças radicais no cotidiano das pessoas. O governo não poderia, é claro, ficar de fora. O surgimento de sites governamentais representa uma poderosa ferramenta de interação entre o Estado e a sociedade, possibilitando não só que o cidadão participe mais dos assuntos em discussão, mas também que tenha acesso rapidamente às informações e aos serviços que o governo oferece. O Brasil já avançou muito, mas parece consenso entre os especialistas que o ainda tem grandes desafios a enfrentar para oferecer à sua população um governo eletrônico em toda a sua potencialidade.

Algumas iniciativas brasileiras no que se convencionou chamar de governo eletrônico são mundialmente reconhecidas. “O grande marco inicial do governo eletrônico no Brasil foi a entrada no ar do site

da Receita Federal, possibilitando a entrega da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) via Internet. Outro avanço brasileiro foram as urnas eletrônicas adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)”, acredita Roberto Nogueira, professor do Instituto Coppeade (Pós-Graduação em Administração) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O voto na urna eletrônica foi implantado a partir de 1996, ano em que apenas os municípios com mais de 200 mil habitantes experimentaram a novidade. As eleições de 2000 foram as primeiras 100% informatizadas. Só para ter idéia da agilidade que esse expediente trouxe, à meia-noite do dia 1º de outubro passado, quando se realizou o primeiro turno do pleito de 2006, 90% dos votos já haviam sido totalizados pelo TSE e as informações estavam disponíveis no site www.tse.gov.br. E olha que estavam sendo disputadas 513 vagas para deputado federal, 1.059 para deputado estadual ou distrital, 27 para senador, 27 para governador e uma para presidente da República.

Desde sua instituição, em 1991, o programa de Imposto de Renda de Pessoa

Pesquisa de 2005 do Ibope NetRatings mostrou que o e-gov é bastante procurado:

Física conquista cada vez mais adeptos. Neste ano, a Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) prevê que aproximadamente 23 milhões de declarações de IRPF sejam entregues, superando o percentual do ano passado, de 99%. Fazer a declaração era uma tarefa que, tempos atrás, demorava dias. Hoje, o contribuinte que opta por declarar seu IRPF pela Internet o faz de forma rápida, segura e sem precisar sair de casa. A cada ano o programa é aperfeiçoado. A grande novidade para a declaração de 2007 é a possibilidade de dividir em até oito vezes o imposto devido e fazer o débito diretamente na conta corrente. Até o ano passado, o imposto só podia ser dividido em até seis vezes e o débito em conta não era permitido. Outro avanço é que, pela primeira vez, o programa do IRPF poderá ser usado por deficientes visuais. Para isso, a Receita fez alterações no software de modo a compatibilizá-lo com os programas de voz utilizados pelos deficientes. Isso quer dizer que os contribuintes poderão ouvir tudo o que está na tela. Compras governamentais pela Internet – o chamado pregão eletrônico, que tem o nome oficial de Sistema de Compras Eletrônicas do Governo

Federal (Comprasnet, www.comprasnet.gov.br) – também são uma iniciativa bem-sucedida (leia quadro abaixo).

Destaques De acordo com uma pesquisa de 2005 do Ibope NetRatings, o governo eletrônico tem sido bastante procurado: 12,68% dos brasileiros tinham usado algum serviço nos últimos doze meses daquele ano. Isso significa que 40% das pessoas que utilizaram a Internet no período acessaram algum serviço de governo eletrônico. Os destaques na categoria foram consulta ao cadastro de pessoa física (6%), declaração do Imposto de Renda (5%), informações sobre serviços públicos de educação (3%), inscrições em concursos públicos (3%), informações sobre empregos (2%) e pagamentos de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), multas e licenciamento (2%). Dados de 2003 indicam que, 72% dos serviços disponibilizados pelo governo, 48% são informativos (consulta) e apenas 19% possuem maior interatividade (processamento). “O grande problema é que os serviços oferecidos na Internet pelo governo ainda são muito fragmentados. Há muita

sobreposição de informações entre as esferas federal, estadual e municipal”, afirma Nogueira.

Várias são as experiências espalhadas pelo Brasil de oferecer, pela Internet, informações e serviços aos cidadãos. Em Pernambuco, um novo portal foi construído, em tempo recorde, para que todos os interessados possam acompanhar pela Internet as contas do governo do estado. Para isso, basta digitar www.portaldatransparencia.pe.gov.br. A página traz todas as receitas e as despesas do estado detalhadas e não requer senha nem cadastro. “O portal estava no programa de governo e, depois das eleições terem sido definidas, o site foi ao ar no dia 2 de março”, explica Ricardo Dantas, secretário da Controladoria-Geral de Pernambuco. O portal traz também um glossário para que as pessoas entendam os termos técnicos e uma seção dedicada às crianças, que podem se familiarizar com o sistema fiscal por meio de jogos e gibis. Segundo Dantas, uma nova versão do site deve estar pronta em junho, quando os internautas terão acesso a um portal com mais funcionalidades – por exemplo, as contas dos municípios do es-

Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três... comprado!

Nos últimos anos, uma silenciosa revolução vem ocorrendo no governo federal na hora de realizar as licitações. Esqueça a burocracia, sua inevitável lentidão e aquele amontoado de papéis. Só no ano passado 11,1 bilhões de reais, ou seja, 57% do total contratado, foram adquiridos virtualmente por meio do chamado pregão eletrônico. O pregão, que funciona como um leilão reverso no qual a disputa ocorre com o envio sucessivo de lances pela Internet, foi batizado de Sistema de Compras Eletrônicas do Governo Federal (Comprasnet) e pode ser acessado no www.comprasnet.gov.br. Em números de processos de compras, foram realizados, em 2006, 27.682 pregões eletrônicos, o que correspondeu a 64,9% das licitações no ano passado. Isso representou uma economia de 1,8 bi-

lhão de reais – o valor é a diferença de 14% entre o preço de referência (o preço máximo aceito pela administração por cada produto ou serviço) e o que efetivamente foi contratado após a disputa on-line entre os fornecedores, já que o vencedor é aquele que oferece o menor preço. Rogério Santana, secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, acredita que o principal fator para a redução dos valores pagos é o próprio funcionamento do pregão: a concorrência é explícita e as empresas abaixam seus valores minuto a minuto. Nas demais modalidades, há apenas a sugestão de preço, enviada dias antes da abertura das propostas.

Para ter uma idéia de como a prática está se

tornando cada vez mais difundida, em 2002 o pregão eletrônico significou apenas 0,8% do total do valor contratado. Percentual que subiu para 3,8% em 2003, 5,8% em 2004 e 20,8% em 2005. Com esses resultados, o crescimento do Comprasnet em 2006 em relação a 2002 foi de espantosos 17.926%. O pregão eletrônico só não é mais usado porque essa modalidade tem limitações: conforme a legislação prevê, o pregão virtual só vale para a aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles com especificações (requisitos exigidos no edital) amplamente conhecidas no mercado, como serviços de vigilância e limpeza, computadores, material de escritório e medicamentos.

O pregão eletrônico não só representa economia de dinheiro, mas também de tempo. Um es-

12,68% dos brasileiros tinham usado algum serviço nos últimos doze meses

tado. O novo site terá as informações atualizadas diariamente; hoje em dia, a atualização é mensal. “Esse site inaugura uma nova era de transparência no estado, além de estimular o controle social. É uma convocação geral para que a população participe, elogie e critique”, afirma Dantas.

Prefeituras Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2001, o Brasil possuía 5.560 municípios e apenas 24,17% (1.344) das prefeituras tinham sites na Internet. Em 2005, o IBGE reeditou a pesquisa e verificou que houve um expressivo crescimento no número de municípios com site na Internet: de 24,17% (1.344) para 38,90% (2.163), representando um aumento de 14,73%. Mesmo assim, ainda há um número grande de cidades fora da rede. Pesquisa sobre o governo eletrônico nos municípios brasileiros feita pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aponta que as razões para a ausência de sites de gestões municipais na Internet geralmente estão relacionadas aos custos de desenvolvimento e manutenção, à carência de consciência política por parte

tudo que será lançado em maio, feito pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em consórcio com a IDS-Scheer Sistemas de Processamento de Dados e com o escritório Sundfeld Advogados, mostra, em suas conclusões preliminares, que o tempo de uma contratação por meio da modalidade eletrônica demora em média dezessete dias – desde que é formalizada a solicitação de determinada compra à área de aquisições do órgão até a assinatura do contrato. “A concorrência normal dura no mínimo sessenta dias. Os custos operacionais do pregão eletrônico costumam ser 40% mais baixos do que qualquer outro processo de compra”, afirma Adolpho Pacheco Filho, gerente de projeto da FIA.



Ilustração Orlando

Em 2001, dos 5.560 municípios brasileiros, apenas 1.344 prefeituras tinham sites

dos governantes e a entaves políticos.

Nesse cenário não muito animador, ganha destaque a pequena cidade de Pirai, com 23 mil habitantes, no Rio de Janeiro (www.pirai.rj.gov.br). O município coleciona prêmios. Ganhou, em 2001, o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, concedido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi vencedor do prêmio Cidades Digitais Latino-Americanas, na categoria Cidades de Pequeno Porte, em 2004. “Temos um conceito ampliado de governo eletrônico, que envolve, além, é claro, do site da cidade, uma rede de transmissão pública de dados, imagem e voz com acesso disponível em vários pontos da cidade”, explica Franklin Dias Coelho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do projeto Pirai Digital. Além de informações mais corriqueiras, como perfil econômico da cidade e população, programação de eventos e telefones úteis, o site de Pirai traz a possibilidade de gerar guias para pagamento de impostos. Até junho, o portal trará uma novidade para os moradores da cidade. Está sendo desenvolvido um sistema para a gestão da educação municipal. Por meio do site, os pais poderão ter informações sobre as escolas, fazer pré-matrícula on-line dos filhos e mesmo acompanhar se eles estão indo à aula direitinho.

Justiça O Judiciário também vem tentando se aproximar da população por meio da tecnologia. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), que pode ser acessado no www.tj.sp.gov.br, está passando por profundas reformulações para melhor atender o cidadão. “Nosso objetivo é prestar serviços à população e facilitar seu acesso ao Judiciário por meio do acompanhamento on-line dos processos. Todos os processos do Juizado Especial Cível de São Paulo já estão digitalizados. No caso dessa vara, a pessoa não só acompanha seu andamento como também visualiza o processo”, conta Eduardo Francisco Marcondes, juiz assessor da presidência do TJ/SP. Até o final deste

ano, segundo ele, todos os processos do TJ/SP estarão digitalizados, o que totaliza 17 milhões de processos em primeira instância e 700 mil recursos em segunda instância. Outra novidade é que até abril será inaugurado um Fórum na Freguesia do Ó, bairro paulistano, que comportará cinco varas, todas funcionando sem papel. “O Fórum terá lugar para audiências. Fora esses procedimentos, que precisam ser feitos presencialmente, todo o resto funcionará via Internet”, diz Marcondes.

Entradas Para quem quer usufruir dos serviços on-line do governo federal, são duas as principais portas de entrada virtuais. A primeira delas é o www.brasil.gov.br. Neste site, as informações mais procuradas são sobre aposentadoria por idade, auxílio-doença, concursos, Código Civil Brasileiro e pré-natal. Já em relação aos serviços, os mais acessados são os ligados à aposentadoria, como o andamento de processos de revisão de benefícios e de concessão inicial de benefícios. O portal ainda traz notícias, links para todos os órgãos federais, informações variadas sobre o país e sua história, uma área dedicada à transparência na qual o internauta tem acesso ao Orçamento da União, à prestação de contas do governo e a uma página que estimula a participação da sociedade por meio de fóruns de debate sobre os temas que estão sendo discutidos na administração federal. O cidadão também consegue, por meio do site, encaminhar idéias e sugestões para anteprojetos de lei e instruções normativas.

A segunda grande porta de entrada é o www.redegoverno.gov.br ou o www.e.gov.br, dois endereços que conduzem ao mesmo portal. “O governo federal tinha cinco portais. Fizemos um esforço para reduzir e simplificar o acesso. O www.brasil.gov.br é recente, mas não poderíamos eliminar o www.redegoverno.gov.br, pois este é um dos endereços mais conhecidos pelos internautas”, justifica Rogério Santanna, secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orça-

Ranking da ONU de governo eletrônico*

Class.	País	Índice
1	Estados Unidos	1,000
2	Reino Unido	0,996
3	Cingapura	0,996
4	Coreia do Sul	0,976
5	Dinamarca	0,973
6	Chile	0,911
7	Austrália	0,903
8	Canadá	0,892
9	Suécia	0,865
10	Alemanha	0,842
11	Finlândia	0,826
12	México	0,819
13	Japão	0,815
14	Nova Zelândia	0,803
15	Noruega	0,796
16	Malta	0,792
17	Brasil	0,750

* Índice que determina se as ferramentas do governo eletrônico estão sendo usadas em o todo seu potencial nos sites públicos. Fonte: Relatório sobre governo eletrônico 2005 das Nações Unidas

na Internet. Em 2005, 2.163 administrações municipais estavam na rede

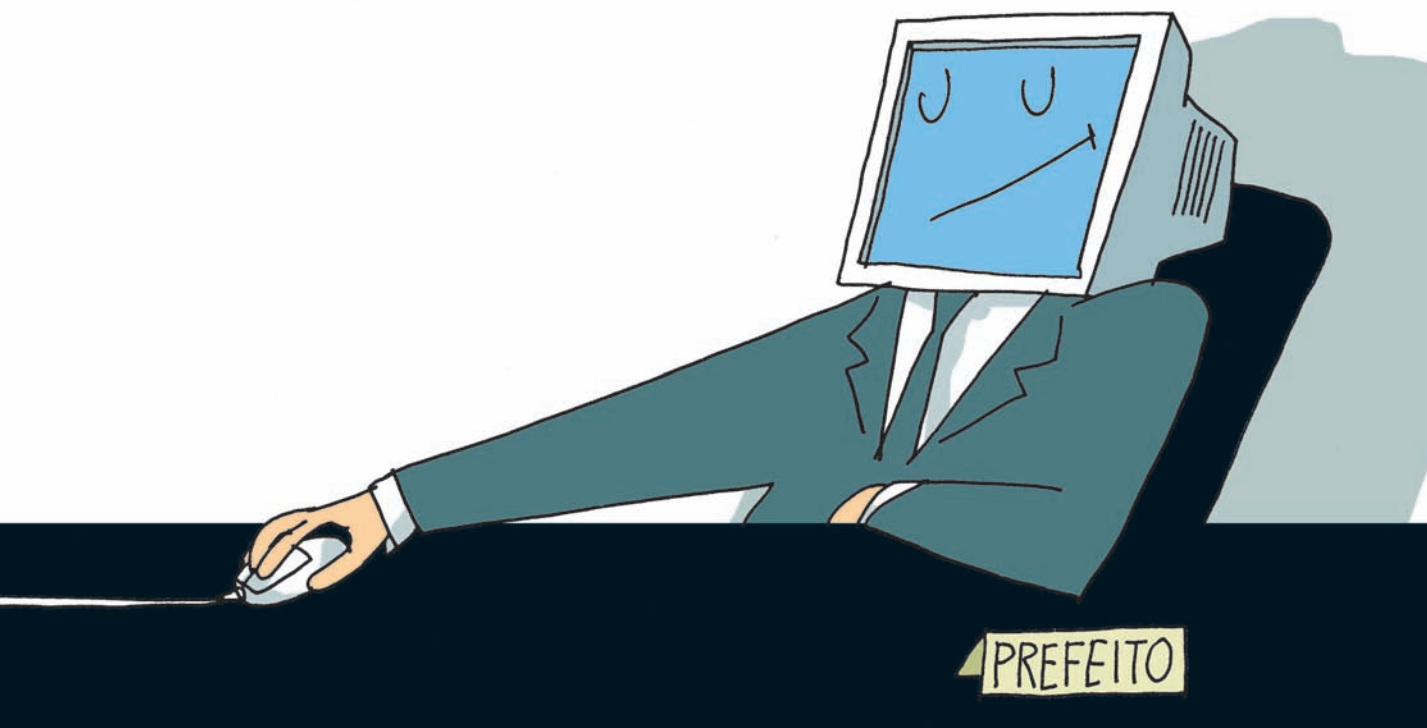


Ilustração Orlando

mento e Gestão. No site, que pode ser acessado pelos endereços www.redegoverno.gov.br ou www.e.gov.br, o internauta também vai encontrar informações variadas sobre o país, como previsão do tempo e espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Conseguirá obter informações sobre aposentadorias, documentos, alvarás, pagamentos ao governo, concursos e seleções e processos na Justiça. O portal traz ainda informações sobre o Legislativo brasileiro, dicas de como abrir um negócio e uma página dedicada a pesquisas escolares com temas como energia nuclear, pesquisas espaciais e literatura.

Congresso Participar do processo legislativo também ficou fácil. Existe o portal do Senado Federal (www.senado.gov.br) e o da Câmara (www.camara.gov.br). Este último traz informações e dados para contato com todos os deputados federais. “O cidadão consegue acompanhar o andamento de um projeto de lei. Mediante cadastro, a cada novidade sobre a tramitação a pessoa recebe a notícia por e-mail. O

portal traz um sistema de áudio e vídeo para que o internauta possa acompanhar os debates em plenário ao vivo. Também organizamos chats e fóruns para debate popular sempre com a presença de um parlamentar”, afirma Cássia Regina Botelho, diretora da assessoria de projetos especiais da diretoria-geral da Câmara dos Deputados e coordenadora-geral do comitê gestor do portal, que é composto de 16 mil páginas e tem 1,2 milhão de acessos por mês. Segundo ela, os serviços mais procurados são as notícias e o acompanhamento de projetos de lei.

O ranking da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado no Relatório sobre Governo Eletrônico de 2005 (unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/un/unpan021888.pdf) coloca o Brasil na 17ª posição entre os 191 países pesquisados (leia tabela na pág. ao lado). Figurando no topo da lista, o Brasil está na companhia dos países mais desenvolvidos do mundo. De acordo com o relatório, os sites governamentais brasileiros não deixam quase nada a desejar em relação aos portais norte-

americanos: o Brasil oferece a seus cidadãos três quartos dos serviços oferecidos pelo governo dos Estados Unidos, o primeiro colocado no ranking.

O governo eletrônico não se traduz apenas no fato de o governo ter um portal na Internet. O processo exige um esforço de integração das bases de dados dos diversos órgãos e níveis governamentais para que o acesso às informações e serviços seja mais ágil e adequado às necessidades dos cidadãos. Um grande desafio a ser enfrentado, portanto, é a construção de um governo eletrônico desburocratizado. Não basta simplesmente reproduzir o organograma do governo e publicar dados econômicos, sociais, culturais e populacionais sobre o país, os estados e os municípios. É necessário dar voz à sociedade para que ela participe do processo democrático. É preciso dar ao cidadão a chance de realmente fazer uso dessa ferramenta virtual por meio da oferta de serviços que simplifiquem sua vida. Quem sabe não viveremos para ver o dia em que as filas no INSS se transformarão em coisas de um passado muito distante? **d**

A pátria de bicicletas, quimonos,



raquetes, chuteiras...

Com uma predileção especial pelas práticas esportivas, o brasileiro sua a camisa em muitas modalidades, mostrando um gosto que vai muito além do futebol. Pesquisa realizada sob encomenda para o canal por assinatura SporTV mostra como, quando e por que a população entra em movimento



No quesito prática esportiva, a modalidade preferida pelos entrevistados da pesquisa

Quem não se lembra dos “90 milhões em ação / pra frente, Brasil / salve a Seleção”? Na década de 1970, quando essa canção foi criada, seu objetivo maior era exaltar a euforia de um país que tomava partido (de preferência dos mandatários da época), mas que vestia a camisa, calçava as chuteiras e ia a campo na sua torcida eufórica por uma grande equipe, que se tornaria um dos maiores símbolos da nação. Independentemente dos vieses políticos, o que já se via naquela época era a percepção intuitiva, por parte dos dirigentes, de que o brasileiro, assim como muitos povos, sempre teve (e continuaria tendo) uma relação muito forte com os esportes, tanto no ato de praticar quanto no de torcer.

Os militares do Golpe de 1964 não foram os primeiros. Muito antes deles, Getúlio Vargas já sabia que falar a linguagem do esporte poderia ser um bom jeito de fazer política: muitas decisões daquele governo eram anunciadas no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, antes das partidas de futebol. E até hoje a regra continua valendo para o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que encontrou na metáfora esportiva o melhor jeito de discursar para o povo.

Por tudo isso, fica muito claro que o esporte tem um acesso fácil aos corações e mentes nacionais. Contudo, por muito tempo essa paixão ficou no escuro. Sabia-se que o brasileiro é fã de esporte, mas não o quanto. Até mesmo a adoração pelo futebol, que estudiosos como o antropólogo Roberto DaMatta já chamam de “instituição na-

cional”, era mal dimensionada. Saber quantos, como, onde praticam e quais esportes era praticamente impossível.

Para todos que se interessam por esse assunto, a boa notícia é que estudos recentes ajudam a lançar luz sobre a relação do brasileiro com os esportes e, também, de como é a estrutura para a prática de inúmeras modalidades desportivas por todo o território verde-amarelo. O principal desses estudos é o *Atlas do Esporte no Brasil*, um esforço coletivo e virtual que está gerando o maior banco de informações esportivas do país, criado em fins de 2004. Outra novidade, mais recente, é o *Dossiê Esporte*, feito pelo Instituto Ipsos Marplan, sob encomenda do canal de TV por assinatura SporTV. Entre outras iniciativas, podem ser computadas também pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre municípios, e do Ibope, sobre torcidas. Pioneiros, esses estudos são preciosos para o balizamento do mercado esportivo nacional e das políticas públicas na área. Prometem dar um novo rumo ao mundo esportivo a partir de agora.

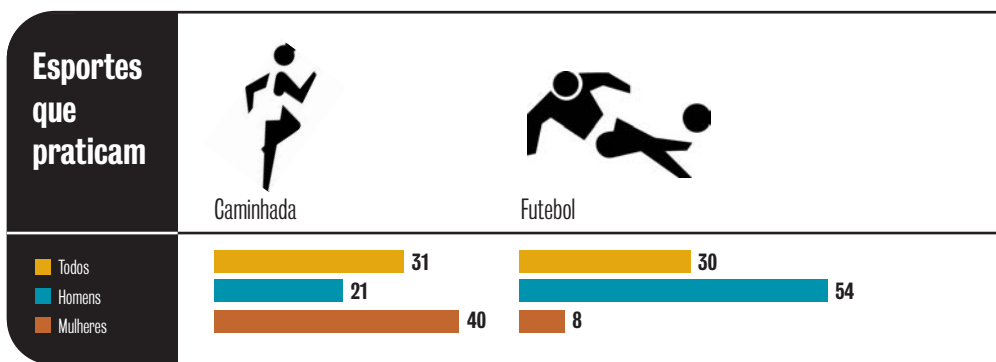
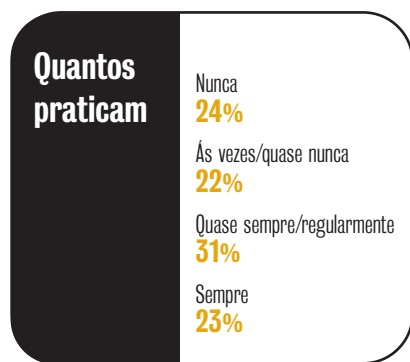
Entusiasmo Daina Ruttul, diretora executiva do Ipsos Marplan, é responsável pelo *Dossiê Esporte* e mostra-se entusiasmada com o resultado do trabalho. A principal conclusão tirada do estudo é que quase todo mundo se interessa por esporte, e isso é confirmado pelo alto índice de 94%, considerando os que praticam e/ou assistem a atividades esportivas. “O esporte é muito presente na vida de todos, o que também faz

com que seja um tema universal e com alto grau de importância na vida das pessoas”, diz Daina Ruttul.

Do total dos participantes da pesquisa, 23% afirmam praticar esportes sempre; 31%, regularmente; 22%, às vezes; e 24% nunca fazem atividades esportivas (veja gráfico abaixo). Brasília se destaca como capital dos atletas, onde 27% da população se dedica a algum esporte regularmente; em São Paulo são 23% da base avaliada. A pesquisa traz um dado surpreendente: 35% dos cariocas afirmam ser completamente sedentários, ou seja, nunca praticam atividades esportivas – os que sempre praticam alguma atividade física somam 24%.

Além de gostar de esporte, 74% dos brasileiros sabem que ele tem relação direta com a saúde. Apenas 5% das pessoas pesquisadas discordam dessa afirmação. Outros 53% declaram gostar da sensação de esforço que o esporte proporciona e 48% procuram um bom condicionamento físico. Em termos de modalidades esportivas, as mais representativas são o futebol, o vôlei, a natação e o basquete.

No quesito prática esportiva, a modalidade preferida pelos entrevistados da pesquisa é a caminhada, sendo a primeira opção para 40% das mulheres e 21% dos homens. Do total, 31% dos pesquisados caminham para manter a forma e ter saúde, e 30% gostam de jogar futebol. Separados por gênero, 54% dos homens têm o futebol como o esporte mais praticado. Já para as mulheres, depois da caminhada, vem o vôlei, adotado por 14% delas. Esse esporte, que



é a caminhada, sendo a primeira opção para 40% das mulheres e 21% dos homens

StockXchange



O Dossiê mostra que caminhada é o esporte predileto dos brasileiros, sobretudo à medida que envelhecem

tomou o lugar do basquete no gosto da população, está em terceiro lugar, no consolidado, com 13% da preferência dos entrevistados (veja gráfico abaixo).

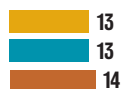
A pesquisa ainda consegue apontar novas tendências, como o fenômeno das corridas. Já são 5% do total de entrevistados que afirmam praticar esse esporte. Constatou-se uma expansão muito grande dessa tendência, inclusive com a percepção de empresas e mídias do aumento do interesse da população pelo assunto. Surge no país um circuito de corridas, com provas em várias cidades. Por causa desse fenômeno, empresas já estão patrocinando eventos, montando equipes para correr juntos, aliando estratégias de recursos humanos com a promoção da saúde. Um dos casos mais famosos é o Nike 10k, uma corrida de rua realizada em São Paulo patrocinada pela fabricante de artigos esportivos norte-americana, que teve mais de 25 mil inscritos na sua segunda edição, em 2006, envolvendo atletas e amadores num percurso de 10 quilômetros.

Fases da vida A pesquisa mostra que a prática esportiva está presente ao longo da vida, porém com diferentes intensidades. “No auge profissional é difícil manter a regularidade esportiva, mas, na terceira idade, há uma volta à prática, agora com uma opção por atividades que promovam a saúde e a qualidade de vida, como caminhada”, revela a diretora do Ipsos-Marplan.

A fase de maior energia e tempo dedicados ao esporte é a que vai dos 12 aos 14



Vôlei



Ciclismo



Natação



Corrida



Basquete



Outra paixão do brasileiro é o esporte de “sofá”: 28% dos entrevistados acompanham esportes

anos. Dos 18 aos 24, observa-se uma queda na prática esportiva, que se acentua profundamente dos 30 aos 44 anos – auge da carreira profissional. A volta ao esporte é observada após os 55 anos, quando a energia para a atividade física diminui, mas há mais tempo disponível para estabelecer essa rotina, aliada às necessidades de saúde. Entre as modalidades praticadas, o futebol aparece na faixa etária que vai dos 10 aos 18 anos entre os homens, caindo continuamente até chegar próximo a zero na faixa dos 69 anos.

Maturidade De maneira geral, a prática de todos os esportes diminui ao longo da idade, com exceção da caminhada, que cresce proporcionalmente ao envelhecimento. Certamente a explicação é o baixo impacto dessa modalidade no corpo, especialmente nas articulações. Um bom exemplo de trabalho com o público acima dos 60 anos é o do Serviço Social do Comércio (Sesc) de São Paulo. A entidade oferece esporte como atividade de tempo livre, mas com especial significado para os praticantes. “Entendemos o esporte como uma manifestação cultural contemporânea que tem compromissos com o desenvolvimento da cidadania e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas”, explica Olegário Machado Neto, gerente da unidade Vila Mariana, localizada na zona sul de São Paulo.

O público-alvo do Sesc, trabalhadores do comércio e de serviços, além de dependentes e a comunidade em geral, forma uma massa de cerca de 1,3 milhão de pessoas,

entre crianças, jovens, adultos e idosos. “O pessoal acima dos 60 anos tem muito interesse em participar das nossas atividades e, cada vez mais, são presença constante nos programas oferecidos”, afirma Machado Neto. O esporte atua como instrumento educativo para essa parcela da população, colocando-os novamente no centro de um cenário. “Com o esporte o pessoal da terceira idade faz novos amigos e muitos até participam de competições.”

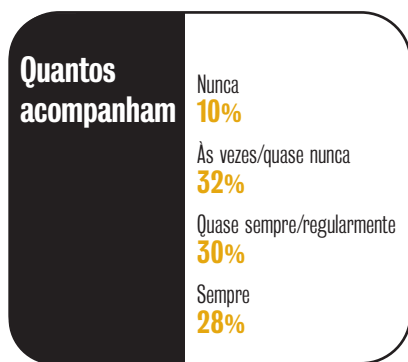
O Sesc não trabalha com o esporte de alto rendimento. O foco das ações são as do esporte voltado para a inclusão social e a aprendizagem. “A idéia é criar a cidadania esportiva, ideal para as pessoas em geral”, comenta Machado Neto. “As empresas privadas podem se dar ao luxo de trabalhar com demandas; nós temos de criar as demandas.” Um exemplo disso é a formação de uma turma para a prática dominical de badminton no Sesc Vila Mariana. Essa modalidade, pouco conhecida no Brasil, é uma prática de jogo parecida com o tênis, substituindo-se a bola por uma peteca. O gestor explica que a região tem muitos descendentes de orientais, que trazem a cultura de praticar esse esporte dos países de onde vieram suas famílias. Com isso, foi detectada a oportunidade para atrair essas pessoas com o esporte. O programa de badminton daquela unidade já tem mais de trezentos praticantes inscritos, com uma frequência média de sessenta pessoas por fim de semana.

Pela TV Outra grande paixão do brasileiro é o esporte de “sofá”, ou seja, ver a compe-

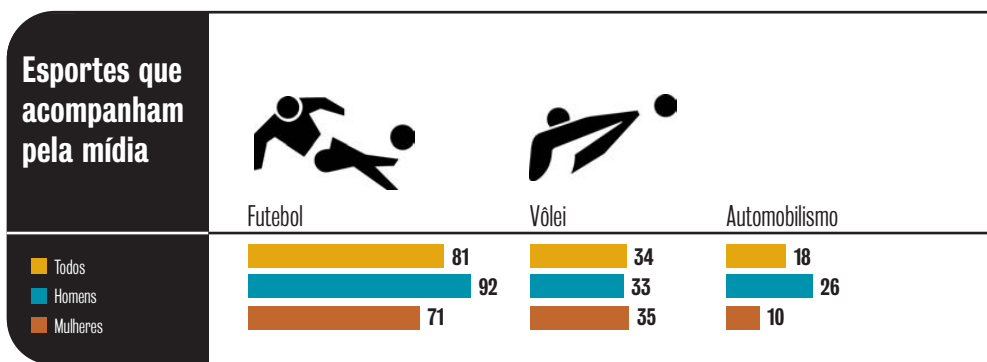
tição esportiva pela TV. A pesquisa abrange também o interesse da população pelo acompanhamento, por meio dos veículos de comunicação, das competições esportivas. Segundo números do *Dossiê do Esporte*, que mapeia os gostos, as preferências e os hábitos do entrevistado relacionados ao esporte, 28% dos brasileiros acompanham esportes sempre. Outros 30% revelam assistir a esse tipo de programa regularmente ou quase sempre. Às vezes ou raramente é a resposta de outros 32%. Somente 10% dizem que nunca vêem os jogos (veja gráfico abaixo). Brasília e São Paulo são as praças com maior número de pessoas acompanhando esporte pela mídia com regularidade – 32%.

O *Dossiê do Esporte* constatou que a esmagadora maioria dos torcedores aposta na eterna preferência nacional, o futebol. Assim, 82% dos pesquisados acompanha sempre o mundo da “bola na rede” pela TV (veja gráfico abaixo). Sendo que o percentual aumenta entre os homens: 96% dos torcedores ante 89% das torcedoras – número que reflete o erro da frase “futebol é coisa de homem”. Um contraponto importante é que 54% dos entrevistados afirmam que nunca frequentam estádios de futebol e somente 2% dos que mantêm esse hábito aumentaram a assiduidade nos últimos tempos. O vôlei e o automobilismo seguem como os esportes que alcançam, em seguida, grande interesse na cobertura televisiva.

Aqui entra outro ponto abordado pela pesquisa, o fator ídolo. Muitos dos que ainda preferem o automobilismo citam os



Dossiê Esporte



Dossiê Esporte

sempre, outros 30% revelam assistir a esse tipo de programa regularmente ou quase sempre

StockXchange



Os ídolos influem muito na preferência dos telespectadores. O automobilismo até hoje se beneficia dos grandes pilotos brasileiros

grandes brasileiros do esporte na categoria, Nelson Piquet, Ayrton Senna e Emerson Fittipaldi. Daina Ruttul comenta que a pesquisa apontou que essas personalidades do mundo dos esportes realmente ficam na memória do torcedor. “O ídolo passa a ser um exemplo na percepção das pessoas”, diz. Há uma importância muito grande desses ídolos na formação da população. Ela dá como exemplo o caso do automobilismo: desde a morte de Ayrton Senna, há quase treze anos, o esporte caiu em produtividade de campeões e vitórias brasileiras, mas a audiência televisiva foi pouco prejudicada no mesmo período.

Mas o amor por um clube ou por um ídolo não se transforma, necessariamente, em prática esportiva. “Torcer por um clube pode levar à prática esportiva, mas não conseguimos obter dados que justifiquem essa afirmação; o maior incremento dos torcedores chamados de fanáticos é mesmo no acompanhamento midiático do esporte, especialmente do futebol”, comenta Daina Ruttul.

Pioneiros Time de pesquisadores Lamar-tine DaCosta, professor da pós-graduação da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e também membro do comitê de

pesquisas do Comitê Olímpico Internacional (COI), mostra entusiasmo com a iniciativa do *Dossiê Esporte*. Ele é um dos pioneiros em mapear o esporte no Brasil, com o lançamento em 2005 do *Atlas do Esporte no Brasil*, uma publicação que surgiu do esforço coletivo de muitos pesquisadores espalhados pelo país. Sem parâmetros de comparação nem mesmo diálogo até então, o pesquisador manifesta alegria com algumas conclusões do trabalho da Ipsos Marplan que se mostram convergentes com o que vem sendo feito no *Atlas*.

Pedro Garcia, diretor de negócios da SporTV, empresa que fomentou a pesquisa



Basquete



Natação



Ginástica olímpica



Futebol de praia



Vôlei de praia



Futsal



O PIB do esporte tem aumentado a taxas acima do crescimento do PIB do país. Entre 2000 e

StockXchange



O futebol é o esporte preferido dos homens, tanto como prática como para acompanhamento. A fase em que eles mais se dedicam à "paixão nacional" é

O PIB do Brasil e o PIB do esporte brasileiro (em bilhões)

		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
em R\$	Brasil	974	1,101	1,199	1,346	1,556	1,769	1,902
	Esporte	18,6	21,7	23,7	26,4	30,0	34,1	37,1
% do PIB	Esporte	1,91	1,97	1,98	1,96	1,93	1,93	1,95

Dossiê Esporte

na qual se baseia o *Dossiê Esporte*, concorda com o responsável pelo *Atlas do Esporte no Brasil*. Ele comenta que sempre sentiu a necessidade de mais informações sobre os gostos e as práticas do brasileiro na área esportiva, dados fundamentais para a geração de negócios e parcerias. “Para desenvolver o esporte no país, precisamos entender melhor como o público se relaciona com as práticas, que tipo de atividades prefere exercitar, o que gosta de ver”, comenta.

DaCosta explica que o *Atlas do Esporte no Brasil* é um imenso banco de dados que segue um modelo único de produção em território nacional. Ou seja, o estudo é constantemente alimentado por uma rede de pessoas que ajudam a mapear as práticas esportivas em todo o Brasil. “Seguimos uma metodologia coletiva que permite uma gestão compartilhada do conhecimento”, diz. Quando lançado, no final de 2004, eram

cerca de 410 pessoas. Atualmente, são aproximadamente 1.000 voluntários participando das várias equipes de pesquisadores que alimentam constantemente essa base de dados.

Estagnação De lá para cá, a equipe de DaCosta mantém a preocupação de não interpretar os dados dessa área como se fossem de um setor qualquer, já que é importante entender que determinada modalidade pode ter uma fase de crise e retomar o fôlego depois. Ele explica que, analisando historicamente, percebe-se que quase todas as modalidades cresceram no Brasil, mas boliche, futebol e basquete passam por um período de estagnação em quantidade de adeptos. Outro dado importante é que o número de clubes esportivos vem caindo ao longo dos anos. “A melhor forma de entender essas oscilações é verificando que

os esportes são como produtos e modismos, variando em função da oferta e da clientela”, explica.

Sem dúvida, já fomos o país unicamente do futebol, mas hoje existe uma variedade incrível de atividades esportivas sendo praticadas no Brasil. Além das modalidades tradicionais e recentes, há outras que são importantes em determinados nichos, como o handebol no universo escolar. Ou ainda o fato de que existem no país cerca de 50 milhões de bicicletas rodando por aí. Outro exemplo notável é o total de 1,3 milhão de piscinas recreativas, soma superada somente pelos Estados Unidos.

DaCosta ainda lembra que o esporte é multiprofissional, mas tem um grupo que está mais vinculado a ele, que são os profissionais de educação física, medicina e mídia. Na educação física, ele lembra, há um crescimento impressionante no número de

2005, o PIB esportivo saltou de 21,7 milhões de reais para 37,1 milhões — um aumento de 71%



entre os 10 e os 18 anos

formados, já que esse grupo profissional praticamente dobra a cada três anos. Em 2001, eram 77 mil estudantes em faculdades de educação física. Atualmente, são cerca de 120 mil. “No Brasil, somente o turismo está à frente da educação física em crescimento de número de profissionais.”

Um programa citado pelo coordenador do *Atlas* como exemplar no incentivo ao esporte no Brasil é o *Agita São Paulo*. Criado pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, o projeto visa acabar com o sedentarismo do paulistano e propõe a prática de 30 minutos de atividade física por dia, seja no cotidiano doméstico, seja ao ar livre, seja no trabalho. “O *Agita São Paulo* tem cifras de envolvimento de pessoas que são até superiores aos números da Europa Ocidental”, conta DaCosta. Para ele, esse item, que é a prática esportiva pela qualidade de vida, é um ponto que ainda precisa ser mais bem estudado.

Nessa questão, ainda, uma pesquisa do Ministério da Saúde publicada em março deste ano mostra dados realmente alarmantes. O *Vigitel Brasil 2006*, trabalho realizado por meio de ligações telefônicas para cidadãos de todo o Brasil, concluiu que 29% dos adultos de todas as capitais brasileiras

não praticam nenhuma atividade física em casa, no trabalho ou no lazer; 43% estão acima do peso, 11% dos quais estão obesos. Ou seja, apesar de pequenas divergências entre as pesquisas, fica claro que é importante separar a paixão ativa pelos esportes da passiva (pelo consumo nas mídias), sendo esta última um caminho bastante rápido para o sedentarismo. Também não se pode concluir que todo sedentário terá problemas de peso.

Economia Uma herança fundamental do esporte é o retorno em investimento que ele pode trazer para países, municípios e comunidades – essa é, por exemplo, a principal discussão a respeito dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, neste ano. Pesquisa do IBGE de 2003 mostra que os recursos aplicados na função de esporte e lazer têm aumentado na última década. Nesse período, o crescimento foi próximo dos 20%. O *Dossiê Esporte* também mostra que o esporte é um grande empregador: em 2004, o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo esporte era de 1,174 milhão. E a massa salarial diretamente originada pelo esporte totalizou 71,29 milhões de reais em 2005.

Outro dado importante é que o PIB do esporte tem aumentado, inclusive em taxas acima do crescimento do PIB do país. Em 2000, o PIB brasileiro ligado ao esporte foi de 21,7 milhões de reais. Em 2005, o número foi para 37,1 milhões de reais (leia tabela na pág. ao lado). Um crescimento de quase 71% em cinco anos. Apenas de impostos, o valor repassado ao

governo pelas modalidades esportivas cresceu de 5,39% do PIB para 9,27% no mesmo período.

Com o Pan-Americano se aproximando, a questão sobre a importância e o legado do esporte para o Brasil se torna mais urgente na pauta do país. Como membro do grupo de pesquisas do COI, DaCosta está acompanhando de perto as novas tendências para a montagem dos grandes eventos. Por isso mesmo, ele comenta que não há mais dúvida sobre a importância deles para os países em que serão realizados, exceto quando eles são mal administrados. “É provável que o Pan-Americano do Rio tenha dificuldades em dar o retorno previsto”, diz. Segundo ele, houve muita briga entre as diferentes instâncias de governo no começo dos trabalhos. “Para deixar um legado, é fundamental fazer um evento de maneira que se transforme o país que o está sediando, principalmente a localidade central. O evento precisa ser tratado como uma alavanca para o desenvolvimento social.”

“Atualmente, o COI está se baseando nessas premissas para apoiar novos eventos”, diz. A dúvida sobre o Pan vem do fato de que as obras mais importantes para essa herança local não foram feitas, como a despoluição da Baía da Guanabara e a linha de metrô que seria estendida até a Barra da Tijuca, sede dos jogos. O pesquisador não tem dúvida quanto ao apelo que o evento terá na população, mas lamenta a perda de oportunidade dos gestores. “Associar o esporte à qualidade de vida é a última tendência no assunto, mas nesse quesito o Pan deve ficar devendo”, reforça. **d**

Saiba mais:



Dossiê Esporte

http://globosat.globo.com/sportv/hotsite/dossie/dossie_esporte.htm

Atlas do Esporte Brasileiro

<http://www.atlasesportebrazil.org.br/>

IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros / Esporte

http://portal.esporte.gov.br/arquivos/censo_esporte2003.pdf

Vigitel 2006 — Estudo sobre doenças crônicas


http://portalweb05.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_vigitel_2006_marco_2007.pdf

MELHORES PRÁTICAS



Alexander Feig/Getty Images

Remédio



Extracta, uma pequena empresa carioca, nascida dentro da universidade, conquistou a primeira licença especial do Ministério do Meio Ambiente para acessar o patrimônio genético nacional e montar um banco de amostras com fim comercial. Atualmente, ela conta com uma coleção com mais de 40 mil substâncias e aposta na fabricação de um novo antibiótico contra infecções de pele

Por **Gustavo de Paula**, do Rio de Janeiro, RJ

O Brasil é dono da maior biodiversidade do planeta. Dos quase 2 milhões de espécies catalogadas pela ciência, estima-se que 15% habitem o território brasileiro. Pesquisadores acreditam também que 70% das plantas existentes no mundo podem ser encontradas aqui. O número de espécies com sementes no país gira em torno de 60 mil, o equivalente a 22% do total já descoberto pelo homem. Até pouco tempo atrás, no entanto, o Brasil ainda não havia encontrado uma maneira de agregar valor a seu riquíssimo patrimônio genético, transformando-o em instrumento concreto para o desenvolvimento econômico e social, sem prejuízo para o meio ambiente. Nossa gigantesca biodiversidade estava sob o risco

de transformar-se num troféu guardado na estante. Mas a ousadia de uma pequena empresa carioca vem mudando os rumos da biotecnologia nacional e abrindo caminho para a produção de fármacos baseados na natureza brasileira.

Fundada em 1998, por um grupo de cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Extracta Moléculas Naturais foi a primeira empresa privada a obter uma licença especial do Ministério do Meio Ambiente para acessar o patrimônio genético brasileiro e constituir uma coleção comercial de amostras da biodiversidade do país. A autorização do Conselho de Patrimônio Genético (CGEN) foi concedida em junho de 2004. A trajetória de pioneirismo da empresa, porém, começou cinco anos antes. Em 1999, a Extracta conseguiu firmar com a então Glaxo Wellcome um contrato de 3,2 milhões de dólares, na época o maior acordo de terceirização tecnológica ao sul da Linha do Equador. O interesse da multinacional era fazer com que um grande número de elementos naturais extraídos da flora brasileira fosse testado contra alvos biológicos específicos, possibilitando a identificação de novas drogas. Cabe lembrar que a Medida Provisória

para tudo

Para realizar os novos estudos na Amazônia, a Extracta terá de ampliar a parceria com

(MP) 2.186, que instituiu o CGEN e regulamentou o acesso e a utilização do patrimônio genético, foi editada apenas em agosto de 2001.

Passados três anos da assinatura do contrato, a Extracta havia isolado dez compostos puros para a Glaxo. A multinacional, no entanto, não quis exercer a opção contratual de licença exclusiva para comercialização. O acordo foi encerrado em 2003. “Nós determinamos sete inibidores de elastase, uma enzima cujo distúrbio é responsável por doenças pulmonares crônicas, e três produtos antibióticos contra infecções hospitalares de *Staphylococcus aureus* resistente à metilina. Durante o trabalho, porém, ocorreu a fusão com a Smith Kline, e a Glaxo mudou sua política de desenvolvimento científico, direcionando o foco para a engenharia genética. Com isso, a multinacional decidiu não prosseguir com o projeto e assinou um destrato nos doando todos os resultados”, conta Antonio Paes de Carvalho, presidente da Extracta.

Substâncias Os resultados a que se refere o cientista são os dez compostos puros já mencionados, 14 adicionais, além de 10.608 extratos alcoólicos e 29.847 frações, totalizando 40.479 substâncias prontas para serem testadas contra qualquer alvo biológico. É a maior e mais detalhadamente registrada coleção de produtos naturais da América Latina. Mantido em segredo industrial, esse material compõe o banco de biodiversidade química, que é a alma da empresa.

A existência física desse banco se traduz na câmara fria. É nela que as substâncias ficam armazenadas a menos de 30° C. “O acordo com a Glaxo foi fundamental para a estruturação da companhia. Só o maquinário de última geração que utilizamos custa 1,5 milhão de dólares. Para ter idéia, nós montamos a primeira instalação industrial brasileira capacitada a executar as tecnologias de triagem biológica de alta velocidade. Sem falar que, para operar plenamente, a empresa precisa empregar de trinta a quarenta profissionais finamente trei-

nados, desde doutores e mestres até técnicos de nível médio, com salários que oscilam entre 2 mil e 10 mil reais. “Acima de tudo, o contrato permitiu a constituição da base para o desenvolvimento dos nossos produtos de entrada no mercado. Atualmente, nosso capital gira em torno de 9 milhões de reais. Triplicamos o capital inicial”, afirma Carvalho, que também é fundador da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia (Abrabi).

Antibiótico Criada para atender às grandes indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais, a Extracta aposta hoje na produção de um antibiótico para infecções de pele. “Estamos investindo dinheiro da empresa para levar o produto até a fase de testes clínicos e comprovar sua eficácia. Assim, conseguiremos vender a licença à indústria farmacêutica, que ficará responsável pelo investimento final. A expectativa é que o medicamento chegue às prateleiras das farmácias em dois ou três anos. Acredito que podemos fazer um antibiótico mais barato e melhor do que os existentes hoje no mercado”, diz o presidente da Extracta.

Com o medicamento, a estratégia da empresa é abrir caminho para o desenvolvimento de antibióticos contra infecções hospitalares. Por trás dos três compostos puros isolados contra o *Staphylococcus aureus*, estão 49 plantas antibióticas. Desse grupo, a Extracta identificou quinze com nível de atividade biológica muito próximo à vancomicina, uma substância pura trabalhada há anos pela indústria farmacêutica e bastante utilizada no tratamento de infecções hospitalares. A empresa acredita que essas plantas são ótimas candidatas a fitoterápicos, para a venda no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos.

As perspectivas são muito boas. A Extracta está prestes a assinar um contrato intermediário de 250 mil dólares com uma empresa nacional, cujo nome não pôde ser revelado, que vai financiar a implantação de um grande banco de biodiversidade química no Pará. O projeto prevê o georeferencia-

mento de toda a bacia amazônica. O objetivo é entender sua dinâmica, analisando desde a queda das chuvas e as mudanças de temperatura até a vazão dos rios e o impacto disso tudo nas florestas ao redor. A previsão é que, após oito meses de trabalho, as duas empresas assinem um contrato maior, de 2 milhões de dólares. “O segundo contrato nos permitirá prosseguir com o trabalho de bioprospecção, o que resultará em definir que certas plantas têm muita utilidade no tratamento de determinadas doenças e que precisam ser cultivadas localmente. Vamos aproveitar esse cultivo para produzir extratos, uma atividade muito mais avançada do que derrubar árvores. As comunidades que receberem esse aporte de tecnologia vão vender o produto para uma cadeia de agregação de valor industrial até os grandes mercados, possibilitando o retorno de benefícios. Nós queremos que, junto com os produtos, sejam aproveitados os intelectos humanos escondidos no meio da floresta. No desenvolvimento local, o que importa não é só o fluxo de ida e volta de recursos financeiros e materiais, mas de gente. É preciso abrir oportunidades”, explica Carvalho.

Ampliação Para realizar os novos estudos na Amazônia, a Extracta terá de ampliar a parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Durante o contrato com a Glaxo, a empresa carioca construiu uma central de extração no campus da UFPA, nos moldes da que mantinha no Rio de Janeiro. “Nós montamos e equipamos o prédio, transferimos a tecnologia e sustentamos a equipe básica, formada por quatro cientistas e seis técnicos, todos eles contratados.” Na época, o gasto girou em torno de 600 mil reais. “Para eles, foi um grande avanço. Antes do nosso investimento, o departamento de química da universidade contava com 17 doutores, mas enfrentava sérias dificuldades para manter suas pesquisas. A estrutura que existia para a produção de extratos era 1 metro quadrado de bancada, onde se fazia apenas algo amostral para ensinar aos alunos.

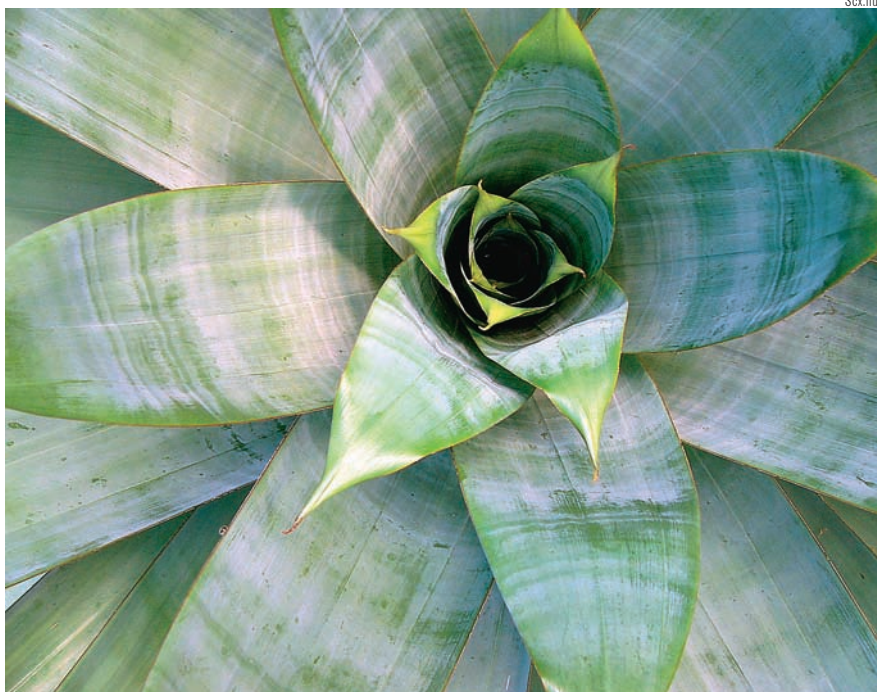
a UFPA, em Belém, onde já construiu uma central de extração semelhante à do Rio

Fotos Marcelo Holanda



Câmara fria onde fica o maior banco de produtos naturais da América Latina (ao alto, à esquerda). António Paes de Carvalho, presidente da Extracta (ao alto, à direita). Laboratório da empresa, com equipamentos de triagem biológica de alta velocidade (acima)

Quase metade das cem drogas mais vendidas no mundo foi criada com base



Scx.hu



Exemplar de bromeliácea, planta que se mostrou ativa contra vários mecanismos de doenças (acima). Coletor da Extracta pesando amostras de vegetação extraída

Diante do grande desperdício de capacidade intelectual, nós nos propusemos a doar a estrutura necessária para a realização de um trabalho em escala industrial, atendendo ao contrato com a Glaxo. Assim, eles também poderiam absorver esse conhecimento e dar melhor formação a seus alunos”, lembra Carvalho.

Transferência Nessa nova etapa de trabalho da Extracta, a equipe da UFPA receberá uma câmara fria e novos equipamentos. É possível que parte importante do maquinário da empresa no Rio seja levada ao Pará, possibilitando a transferência da tecnologia avançada de robotização. “Será ótimo poder retomar as atividades. A parceria com a Extracta foi fundamental em termos de instalações físicas, treinamento de pessoal e transferência de tecnologia. É extremamente positivo para a universidade trocar idéias e experiências com o setor produtivo. Essa relação beneficia muito a realização de pesquisas. Sem falar que nós ousamos realizar um

trabalho que ninguém fazia. Isso chamou muito a atenção da comunidade científica e trouxe grande visibilidade para nós”, afirma o doutor em química orgânica Alberto Cardoso Arruda, coordenador da Central de Extração do Departamento de Química da UFPA.

A Extracta está às voltas também com o projeto de construção da nova sede. No ano passado, a companhia decidiu reorganizar os negócios e vender seus 700 metros quadrados de laboratórios químicos e biológicos instalados no Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro, que fica dentro do campus da UFRJ na Ilha do Fundão. “Nós vamos construir um prédio refinado, com cerca de 1.000 metros quadrados de laboratórios e outros 1.000 de instalações acessórias, como a central de extração. Teremos cerca de trinta funcionários fixos, mas com estrutura para abrigar até cem profissionais. A nova sede deverá custar não menos do que 400 mil dólares, além de 2 milhões de dólares em equipamentos. Estamos falando em 2,4 milhões de investimento de sócios.

Não podemos fazer isso por conta própria, pois não sabemos a velocidade com que os contratos vão entrar depois disso”, conta o presidente da empresa. A composição de parceiros ainda está sendo feita, e existe a possibilidade de a Extracta deixar a Ilha do Fundão para ser remontada em Jacarepaguá, onde há um número apreciável de indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais.

Potencial O potencial da Extracta é enorme. Basta lembrar que quase metade das cem drogas mais vendidas no mundo foi criada com base em compostos naturais. E que cerca de 30% dos medicamentos têm como princípio ativo elementos retirados da natureza. Isso porque apenas 5% da flora mundial já foi analisada para identificar seu valor farmacológico potencial. No Brasil, a ciência conhece menos de 1,5 mil espécies vegetais bioativas. Não por acaso, a Extracta observou que só 10% das plantas utilizadas na produção dos 680 extratos ativos estudados por ela eram

em compostos naturais. E cerca de 30% dos medicamentos, também



Fotos Divulgação/Extracta

da mata (ao centro). Técnico prepara amostra para controle de qualidade dos extratos.

conhecidas como medicamentosas.

Mas a empresa não precisou realizar estudos em laboratório para constatar que a biodiversidade brasileira ainda esconde muitos segredos. Para executar o contrato com a Glaxo, a Extracta teve de realizar a coleta de espécies vegetais. Ao todo, foram realizadas 195 expedições em seis estados: Rio de Janeiro (100), Pará (58), Minas Gerais (10), Espírito Santo (2), São Paulo (2) e Paraná (1). As equipes lideradas por ecologistas, botânicos e engenheiros florestais percorreram cerca de 10 mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Exemplares de mais de 5 mil espécies de plantas foram coletados para análise. “Nós deparamos com diversas espécies que nunca haviam sido identificadas ou das quais não existiam registros nos dois biomas que exploramos”, afirma Carvalho.

O biólogo e ecologista Flávio de Brito Pereira, que liderou 57 expedições da Extracta na Mata Atlântica, lamenta que só restem hoje cerca de 7% da área original da floresta. “É impressionante a riqueza da

Mata Atlântica. Só no Rio de Janeiro, eu achei três espécies novas sem procurar muito. A experiência que mais me marcou, no entanto, foi uma expedição que fizemos a São Pedro dos Ferros, em Minas Gerais, durante a primavera. Lembro que a equipe coletou mais de quinhentas amostras de plantas, quando a média é vinte amostras”, conta ele.

Surpresas As expedições, porém, não revelaram apenas boas surpresas para a Extracta. A empresa constatou que 70% das propriedades de Mata Atlântica e 95% dos terrenos na Amazônia não têm propriedade documental estabelecida. Esse quadro impõe dificuldades ao trabalho de bioprospecção no Brasil. O CGEN só concede a licença a essa atividade mediante a apresentação de contrato de repartição de benefícios com o proprietário, que precisa possuir o título da propriedade ou a certidão de posse mansa e pacífica. É necessário apresentar também um documento de anuência prévia testemunhando que aque-

le que preservou o patrimônio genético foi devidamente esclarecido a respeito do contrato e seus objetivos.

O diretor de patrimônio genético do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Vélez, admite a necessidade de mudanças na MP 2.186. “Nós somos testemunha das dificuldades enfrentadas pela Extracta, uma empresa cujo pioneirismo tem de ser destacado. Mas estamos trabalhando para tornar a legislação mais ágil. Já apresentamos à Casa Civil um projeto de lei abolindo o sistema contratual. Hoje, o grande problema é que toda a cadeia do processo tem de se regularizar, quando o que interessa para nós é só o início e o fim, ou seja, o patrimônio genético brasileiro e o produto comercial”, afirma Vélez.

A proposta do Ministério do Meio Ambiente é criar um fundo federal para financiar a realização de pesquisas e a conservação do patrimônio genético. A instituição acessaria um sistema eletrônico e cadastraria o produto e o fim pretendido. A licença seria automática, e a empresa teria apenas que informar o andamento do processo. Não haveria mais a necessidade de firmar contrato com os proprietários de terra. O dinheiro do fundo viria da tributação sobre os lucros gerados com a patente de um produto. “Além do projeto de lei, estamos propondo uma medida provisória, que já deveria ter sido publicada, para excluir as instituições da obrigação de ter de apresentar todos os contratos de repartição de benefícios. A empresa só teria de apresentar o contrato caso a atividade de bioprospecção resultasse num produto comercial. Dessa forma, bastaria a anuência do proprietário. Temos de criar condições para a promoção da biotecnologia e do uso sustentável da biodiversidade. Não podemos exportar só frutas”, conclui Vélez.

Mas, para melhorar o nível de inovação da nossa indústria e conseqüentemente das nossas exportações, é preciso que um número maior de empreendedores confie no potencial brasileiro, explore o campo à frente e volte com a recompensa do pioneirismo. **d**

Combustíveis

Petrobras a todo vapor

A Petrobras acaba de assinar dois memorandos de contratos. Um deles, firmado com o Ministério de Energia e Recursos Minerais da Jordânia, reconhece a competência da empresa no aproveitamento comercial do óleo de xisto — tecnologia que começou a ser desenvolvida no final dos anos 1950 e foi patenteada como Petrosix. No Brasil, a Unidade de Negócio da Industrialização do Xisto da Petrobras, no Paraná, produziu cerca de 4,2 mil barris diários no ano passado. A Jordânia quer suporte para extrair suas reservas. O outro memorando foi assinado com o Japan Bank for International Cooperation. Os japoneses estão interessados em investir no país e, para isso, querem aproveitar a capacidade de pesquisa e planejamento logístico da Petrobras. Pretendem que a empresa organize um plano para a aplicação de recursos em produção e comercialização de etanol, biodiesel e bioeletricidade. A Petrobras, por seu turno, quer garantir a exportação de 3,5 bilhões de litros de biocombustíveis para o Japão até 2011 — mais do que o dobro do que o Brasil exportou para os Estados Unidos no ano passado. Como se vê, está a todo o vapor.



Aquecimento global

Expresso polar

Um dos efeitos da elevação da temperatura na Terra, nos últimos anos, é o derretimento do gelo dos pólos, cuja consequência é a elevação do nível de água nos oceanos e o alagamento de áreas litorâneas. Para compreender como funciona esse ambiente e as transformações que estão ocorrendo, a Organização das Nações Unidas criou um programa mundial de pesquisa — o Ano Polar Internacional (API) — e estabeleceu que, de 2007 a 2009, pesquisadores se dediquem ao tema. O envolvimento é

geral: 50 mil pesquisadores conduzirão 227 projetos em 63 países. No Brasil, 28 projetos serão levados adiante por trinta universidades e centros de pesquisas. Para que isso seja possível, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) disponibilizou 9,2 milhões de reais, provenientes de fundos setoriais, que serão repassados em dois anos por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O país tem experiência na área. Há 25 anos mantém pesquisas na Antártica.

Controle de informação

Não se perde mais

RFID é a sigla em inglês usada para as etiquetas inteligentes que aos poucos estão substituindo o código de barras. Permitem a identificação por radiofrequência, a distância, e maior controle sobre circulação de mercadorias, por exemplo. Foram usadas

nos ingressos dos jogos da Copa do Mundo de Futebol da Alemanha. Pois agora têm nova utilidade que em breve estará disponível no Brasil: o rastreamento de documentos em recipientes fechados ou em grandes depósitos. O sistema vai ajudar a acabar com o ex-

Aquecimento global II

Varrendo o gás para debaixo do tapete

A preocupação com os efeitos que a emissão exagerada de dióxido de carbono (CO₂), por indústrias, carros, produção agropecuária e muitas outras atividades humanas, tem causado no clima motivou uma especulação no mínimo curiosa. Pesquisadores calculam as probabilidades de sucesso de captura e armazenamento do gás para estancar seus danos de imediato, sem ter de reduzir o ritmo de vida nem alterar os hábitos das pessoas e das empresas — e ganhar tempo para o desenvolvimento de tecnologias limpas. A idéia saltou das conjeturas para um fosso de 700 metros de profundidade, que começou a ser perfurado no mês passado próximo a Berlim, capital alemã. A intenção dos pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisas em Geociências da Alemanha é bombear 60 mil toneladas de dióxido de carbono (quantidade equivalente à resultante da respiração de 144 mil pessoas) para o poço e deixá-las ali por dois anos, estocadas em rocha porosa, arenito e solução salina. Nesse período, os pesquisadores planejam observar, por dois fossos paralelos, como o gás se espalha pelo subsolo e determinar a viabilidade da estocagem subterrânea por longo prazo.

travio de papéis dentro de empresas. Ou ser útil no controle de processos do Judiciário. A tecnologia foi desenvolvida pela empresa Recall, pertencente ao grupo australiano Brambles, cuja especialidade, desde 1875, é a administração de informações.

Robô de 1.001 utilidades

A empresa Cientistas Associados Desenvolvimento Tecnológico, incubada na Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec), no interior paulista, está desenvolvendo um sistema robótico que funcionará como uma plataforma: os usuários poderão aplicar diferentes programas e equipamentos e adequá-lo às suas necessidades, para oferecer cursos a distância para aplicações industriais ou médicas, entre outras. O projeto é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Es-

tado de São Paulo (Fapesp). Espera-se que a novidade incentive a criação de novos laboratórios de robótica, setor promissor que ainda engatinha no Brasil. Na mesma linha, a equipe da Cientistas Associados mantém, desde o ano passado, o projeto Robô na Escola, que ensina a crianças de bairros carentes da cidade para que servem a tecnologia e a ciência aplicada. O ParqTec promove a aproximação entre cientistas e empresas desde sua criação, em 1984. Iniciativas inovadoras que, além de negócios, geram desenvolvimento para a sociedade.

45 mil quilômetros

É a distância que será percorrida, nos cinco continentes, pelo ecoautomobilista Rainer Zietlow, a bordo de um furgão movido a gás natural veicular. Ele já passou pelo Brasil e quer provar que é possível dar a volta ao mundo quase sem emitir gases de efeito estufa. Mais informações em www.ecofuel-world-tour.com.

Biodiversidade

Caçulas da fauna brasileira

Em sete anos de investigação em dez estados, por mais de 30 mil km de cerrado, pesquisadores da Universidade de São Paulo descobriram 253 espécies de répteis. Os caçulas da fauna brasileira são dois lagartos. Foram encontrados nos parques nacionais da Serra das Confusões, no Piauí, e Grande Sertão Veredas, entre Minas Gerais e Bahia. Descritos no *South American Journal of Herpetology*, publicação da Sociedade Brasi-

leira de Herpetologia, são chamados carinhosamente de *Stenocercus squarrosus* e *Stenocercus quinarius*. Ambos vivem em regiões de savana muito densa e seca, no topo de chapadas. O primeiro tem escamas arrepiadas no dorso e o segundo tem cinco cristas ao longo do corpo. Compõem uma espécie comum na região dos Andes, mas pouco conhecida no Brasil. Sinal de quanto há a desvendar, ainda, na biodiversidade brasileira.



UERJ/Divulgação

Novos materiais

Criatividade é que não falta

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem se destacado em pesquisa de novos materiais. Em 2005, ganhou o IF Gold, prêmio de design concedido há 51 anos numa exposição realizada na cidade de Hannover, na Alemanha, com um trabalho desenvolvido com a palmeira pupunha. De outra linha de pesquisa nasceu a microempresa Fibra Design Sustentável. Começou suas atividades trabalhando com bambu e hoje tem duas novas invenções para substituir a madeira de lei na fabricação de móveis e revestimentos. Fibras do tronco de bananeira, com resina de

mamona, dão origem ao Bananaplac, laminado que pode tomar o lugar da fórmica. Da casca que envolve o palmito nasce o compensado de pupunha. Os produtos ecológicos, biodegradáveis e prensados a frio, que consomem pouca energia, fizeram sucesso na feira Salone Satellite, de Milão, na Itália. A intenção da equipe da Fibra é repassar a tecnologia a cooperativas para possibilitar o aumento da renda de pequenos agricultores. Mais informações estão disponíveis na Internet nos endereços www.esdi.uerj.br/pupunha e www.esdi.uerj.br/bananaplac.

Informática II

Arranjo produtivo curitibano

Curitiba, a capital paranaense, tem larga tradição em planejamento — nas mais diversas áreas. É considerada cidade modelo. O transporte público é eficiente, há leis de zoneamento que impedem a poluição excessiva do ar e da água por indústrias e preserva-se, ali, a qualidade de vida. Sua mais recente novidade é a implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL) de softwares. Trata-se de um projeto estratégico que

pretende propiciar a expansão das empresas do setor com redução de custos (todas usarão as mesmas centrais de compras, recursos humanos e assessoria jurídica) e facilidade de acesso a recursos disponibilizados pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep). Cerca de cinquenta empresas já manifestaram interesse em participar e pelo menos dez confirmaram a participação.

Quinze anos de Mercosul

Aos 15 anos, o Mercosul chegou à adolescência. Como todos os jovens nessa faixa de idade, ele não sabe bem o que pretende ser quando se tornar adulto e não se conforma muito ao padrão ideal traçado para ele pelos “pais fundadores”. Quando pequeno, tudo parecia sorrir para o Mercosul. Depois, algumas desavenças internas minaram a paz do lar e o Mercosul nunca mais voltou a ser o mesmo: entrou na adolescência já com sérios problemas de comportamento e seus membros não parecem ter projetos coincidentes para o futuro.

Esse livro oferece um panorama amplo e realista das muitas conquistas alcançadas e de algumas frustrações acumuladas ao longo dos anos. O argentino Félix Peña desmistifica alguns mitos ou incompreensões quanto ao alcance dos conceitos de “união aduaneira” e “mercado comum”. Ele reconhece as dificuldades e não tem a pretensão de resolvê-las com fórmulas mágicas. Por isso propõe um caminho baseado numa arquitetura flexível, dotada de três velocidades: Brasil e Argentina caminhariam mais rápido, os dois menores teriam facilidades adicionais e os associados fariam sua integração gradativa aos requerimentos da união aduaneira. Faltou dizer o que fazer com a Venezuela. Ou-

tro argentino, o ex-secretário da Indústria e Comércio, Dante Sica, faz o balanço das mudanças econômicas ocorridas nos diferentes setores e ramos produtivos dos membros, bem como nas suas macroeconomias. Admite a existência de assimetrias, mas sua proposta seria uma volta ao espírito do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice) dos anos 1980.

O representante oficial do Ministério das Relações Exteriores tratou da questão institucional, ostentando uma postura equilibrada quanto à não-opção pela supranacionalidade, um falso problema criado por espíritos acadêmicos. Ele prefere contrapor a essa alternativa teórica o reforço da efetividade das decisões adotadas de comum acordo, cuja transposição para o terreno prático carece, precisamente, da eficácia requerida de normas que garantam a segurança jurídica num espaço verdadeiramente integrado. O ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas aborda macroeconomia e finanças, demonstrando preocupação com a interferência direta do governo da Venezuela nos mercados.

O economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Uziel Nogueira, examina os aspectos políticos e sociais, apontando a maior cooperação patronal na

área agropecuária e o acirramento das relações no setor industrial. Marcel Vaillant, consultor da Secretaria Técnica do Mercosul, aborda as negociações comerciais externas: os resultados são escassos em vista das expectativas geradas e existe a ameaça da perda de mercados em razão dos acordos bilaterais entre os EUA e países da região. O representante uruguaio na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Augustin Espinosa, trata em detalhe da integração física (energia, telecomunicações), da cooperação judicial e do Fundo de Correção de Assimetrias, o Focem. O Brasil, considerado de maneira equivocada um país “não-assimétrico”, contribui com 70% dos 100 milhões de dólares de obrigações não-reembolsáveis do Focem, mas só se beneficia com 10% dos projetos a serem financiados. Ex-negociador pelo Brasil no Mercosul, o embaixador Rubens Barbosa faz a síntese dos trabalhos nas diversas áreas tratadas pelo seminário que deu origem ao livro. Conclui que o Mercosul não vai desaparecer, mas se encontra num “plano inclinado”.

As mudanças são, obviamente, sempre difíceis e não é seguro que elas sejam adotadas no futuro previsível. Estaria o Mercosul condenado a ser um eterno adolescente, ostentando uma espécie de “complexo de Peter Pan”? Impossível prever atualmente, tendo o bloco completado recentemente 16 anos, mas adolescentes tardios costumam dar mais trabalho do que o esperado...

Paulo Roberto de Almeida



Mercosul 15 Anos

Rubens Antônio Barbosa (org.)

Imprensa Oficial do Estado de SP, 2007,
304 p., R\$ 40,00

Vinte anos de Brasil

Personalidades egocêntricas encomendam obras de arte com um foco enaltecido de suas supostas qualidades: elas são egoisticamente centripetas. O editor-historiador Jaime Pinsky é uma personalidade centrífuga e o lema de sua editora é, apropriadamente, “promovendo a circulação do saber”. Ele realmente tem muito a comemorar em vinte anos de disseminação ativa da cultura universitária, que ajudou a promover no Brasil pós-ditadura. Em lugar de uma grande festa, ele oferece um balanço honesto e uma avaliação sóbria de como o Brasil mudou – algumas vezes, para pior – nas duas primeiras décadas de existência da sua editora.

Uma consulta ao índice confirma que o retrato cobre campos relevantes da vida nacional: economia, trabalho e renda, política externa, política interna, direitos humanos, cultura, saúde, esportes, mulheres, jornalismo, turismo, cidades, nutrição, alfabetização, comportamento e estudos da língua. As mudanças mais perceptíveis foram provavelmente observadas na língua e nos comportamentos, com a geração Internet e um intenso recurso a novos modismos de origem americana. A economia e a política também sofreram grandes mudanças, mas o balanço nessas áreas pode não ser dos mais gratificantes, uma vez que as decepções se acumulam em ambas.

Antonio Corrêa de Lacerda refaz a trajetória de luta contra a inflação, mas é obrigado a constatar que as políticas econômicas mobilizadas foram incapazes de promover a retomada do crescimento. Márcio Pochman analisa as transformações estruturais no mercado de trabalho e lamenta as tendências à flexibilização da legislação trabalhista, sem registrar que a rigidez desta última está na origem da informalidade e do desemprego. Demétrio Magnoli não poupa o irrealismo da atual política externa, acusando-a de nostálgica do “Brasil Potência”. Na política interna, Leandro Fortes enfatiza o crescimento do fisiologismo e da corrupção: ele acredita que ocorreu uma “despolíticação deliberada do

povo brasileiro nas últimas duas décadas”. O paradoxo é que “a cultura política nativa estagnou-se nas bordas do século XIX, embora movida a urnas eletrônicas”. No campo dos direitos humanos, Marco Mondaino constata que o Brasil legal avançou, mas mantém o abismo desumano do Brasil real, cruel para os pobres.

O texto sobre as cidades é sociologicamente impressionista, perdendo a oportunidade de efetuar um diagnóstico dos graves problemas urbanos acumulados em duas décadas de baixos investimentos em infraestrutura. Da mesma forma, o ensaio sobre alfabetização se perde em considerações tipicamente acadêmicas sobre a “psicogênese da língua escrita”, o construtivismo e o letramento, deixando de lado o contexto desse grave problema: ele não é tão-somente residual, uma vez que o analfabetismo funcional estende-se assustadoramente (mas disso não há traço no texto). O médico Aristodemo Pinotti oferece, em contrapartida, uma boa apresentação das mudanças ocorridas na saúde, com a consolidação do SUS, a ampliação da cobertura, avanços na prevenção primária e a expulsão da classe média do sistema público. O capítulo seguinte informa que a desnutrição recuou bastante no Brasil, sendo hoje basicamente marginal; os problemas do sobrepeso e da obesidade “ganham corpo”, se ousamos a expressão. Na política cultural, fomos do “neopopulismo difuso para a valorização do mecenato privado agenciado pelo Estado”.

Nas “transformações da língua”, acompanhamos a salada cultural dos neologismos, as inovações do “tucanês” e do “lulês”, sem esquecer os ataques nacionalistas do deputado Aldo Rebelo contra os estrangeirismos e a voga do politicamente correto. As mulheres obtiveram grandes conquistas, mas sua participação política ainda é restrita. O texto sobre comportamento é pouco objetivo, enfocando as trajetórias diferentes de três mulheres de 20, 30 e 40 anos. Para o jornalismo, João Batista Natali prefere concentrar-se nas mudanças técnicas, que po-



O Brasil no Contexto, 1987-2007

Jaime Pinsky (org.)

Ed. Contexto, 2007, 256 p., R\$ 33,00

dem ameaçar a sobrevivência do papel e tinta. Nos esportes, Heródoto Barbeiro acompanha o crescimento do profissionalismo e o impacto da globalização, ao passo que o turismo recebe tratamento desigual, combinando dados objetivos com impressões do autor. Ataliba de Castilho, finalmente, realiza um excelente levantamento dos estudos lingüísticos no Brasil, com uma bibliografia atualizada e uma discussão bem estruturada dos progressos alcançados pela lingüística no país, inclusive graças ao próprio trabalho da Editora Contexto na difusão de bons títulos nessa área.

Não se oferecem conclusões nem Jaime Pinsky realiza, em sua introdução, uma síntese dos problemas tratados, contentando-se em apresentar os autores e a se perguntar se os sonhos de democracia, de justiça social e as aspirações de cultura, saúde e alimentação balanceada podem ser realizados. Os autores são todos “prata da casa” e as receitas obtidas com a venda do livro são destinadas a projetos educacionais beneméritos. Excelente decisão para uma editora voltada para a “disseminação do saber”. Vamos agora aguardar o livro dos trinta anos, em novo contexto...

Paulo Roberto de Almeida

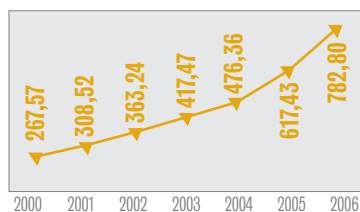
O que é?

Dívida interna

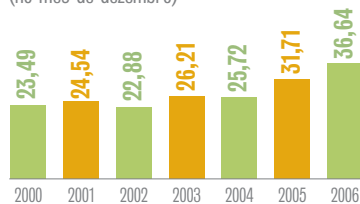
Dívida interna é a soma de todos os débitos assumidos por alguém junto a credores residentes no próprio país. Essa dívida pode ser de qualquer um, mas normalmente, quando se fala "dívida interna", faz-se referência aos débitos do governo, seja ele federal (inclusive o Banco Central), estadual, municipal, e também às estatais. Se o valor dessas despesas supera o das receitas, o governo só tem três alternativas: emitir papel moeda, aumentar a carga tributária ou lançar títulos. Para evitar inflação, o governo federal tem optado pelas duas últimas soluções. Veja nos gráficos abaixo o comportamento da dívida interna líquida do governo federal nos últimos anos.

Dívida interna líquida do governo federal e Banco Central

Em bilhões de reais



Em percentual do PIB
(no mês de dezembro)



Fonte: Banco Central

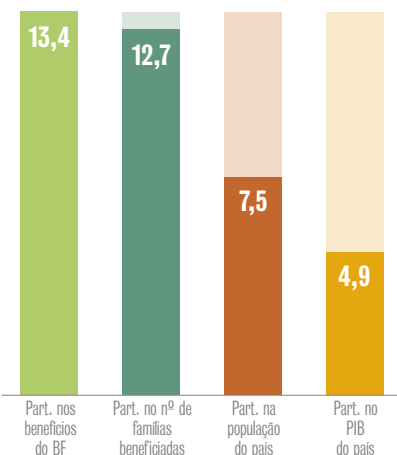
Bolsa Família

Quem recebe os benefícios

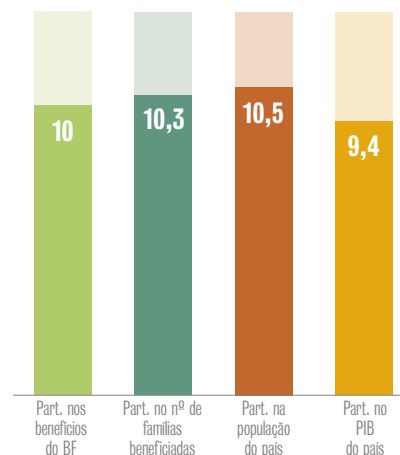
O governo divulgou as contas de 2006 do Programa Bolsa Família (BF), grande cabo eleitoral do presidente Lula. Analisando regionalmente os números, percebe-se que o Nordeste foi o grande beneficiado. Mais da metade dos recursos (52%) do BF foi para o estados nordestinos, que contam com apenas 28% da população. A segunda maior beneficiada foi a região Sudeste, que recebeu 24% dos recursos. Os estados do Sudeste concentram a maior parte da população do país, mas também são os mais ricos, respondendo por 55% do PIB brasileiro. Obser-

vando a distribuição estadual, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Ceará lideram o ranking dos que mais receberam benefícios do BF. São estados com perfis muito distintos, conforme se vê nos gráficos relativos a cada um deles. Por fim, há três gráficos mostrando os valores de todos os estados. O primeiro compara a participação do volume de benefícios recebidos com o tamanho da população. O segundo compara a fatia dos benefícios recebidos com a participação no PIB. E o último mostra o valor médio mensal pago às famílias.

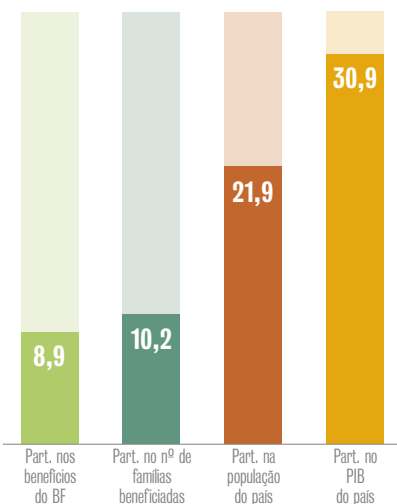
Bahia • 1º colocado (em %)



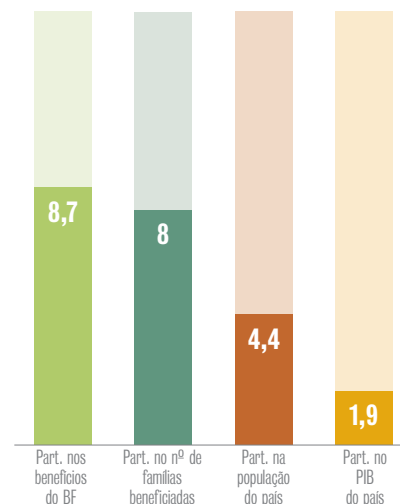
Minas Gerais • 2º colocado (em %)



São Paulo • 3º colocado (em %)



Ceará • 4º colocado (em %)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Participação nos benefícios do Bolsa Família (em %)



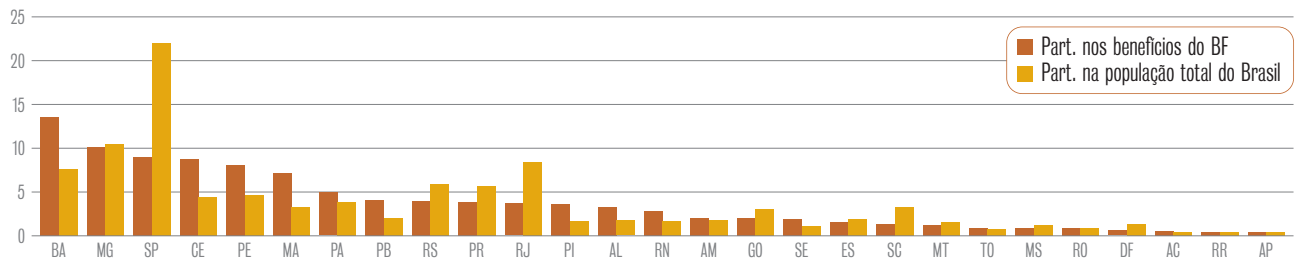
Participação na população do país (em %)



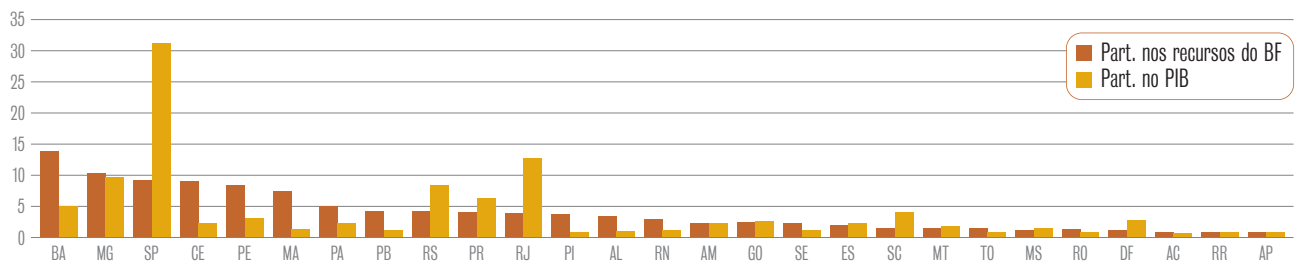
Participação no PIB brasileiro (em %)



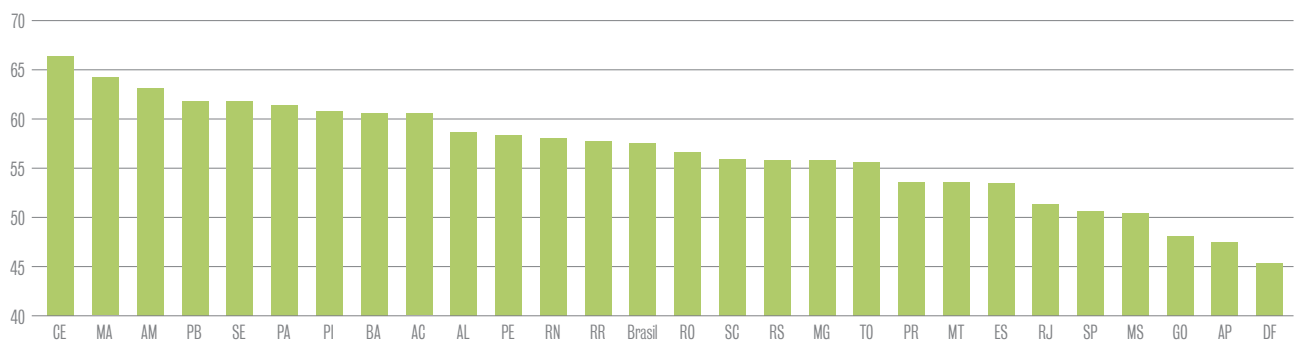
Comparação entre a participação nos recursos do Bolsa Família e na população (em %)



Comparação entre a participação nos recursos do Bolsa Família e no PIB do país (em %)



Valor médio mensal por família (em %)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)



Reprodução

Em relação à matéria “A dura vida da sociedade alternativa” (**Desafios** nº 30, jan/2007), acho estranho que, pouco tempo depois que a proposta do Microcrédito foi laureada com o Nobel da Paz, não tenha sido feita uma reportagem acerca da viabilidade dos empreendimentos de economia solidária no país. Por sinal, a matéria peca por: a) basear-se demais na proposta do governo, que possui várias lacunas; b) não alertar para a importante participação de centrais sindicais nas experiências que deram certo; c) confundir disciplina e hierarquia, típicos de qualquer empreendimento, com a existência ou não de patrão; e, por fim, d) desconsiderar a existência da Expo Brasil em evento realizado sob os auspícios do programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, o DLIS. Voltando ao Microcrédito: é esse mecanismo o mais importante fluxo de recursos para a economia solidária de médio e pequeno porte. Aquela que existe além das siderúrgicas.

Ecio Rodrigues
Engenheiro florestal
Rio Branco - AC

Caro Ecio, agradecemos suas observações e prometemos publicar, em breve, uma reportagem abor-

dando os efeitos benéficos do Microcrédito nos empreendimentos de pequeno e médio portes.

Li a matéria sobre pedágio urbano (**Desafios** nº 31, fev/2007) e resolvi dar minha contribuição ao debate. Sou engenheiro civil, estudei planejamento urbano na Escócia e transportes na Inglaterra. Fui professor do Departamento de Transportes da UFPR. Não creio que pedágio seja solução, embora tenha sido no caso de Londres.

O Brasil não se pode dar ao luxo de seguir todas as soluções válidas para os países ricos, embora algumas já sejam viáveis. Uma alternativa que não implique obras públicas talvez seja rejeitada pelas autoridades, porque não aparece e não dá votos, embora possa minimizar o problema da gestão da demanda por vias de transporte.

A gestão da demanda nada mais é do que alterar os horários de pico nas vias de transporte. Há horas do dia que o número de veículos é de tal ordem que não há vias suficientes para atendê-los. Isso gera congestionamentos e, como consequência, todos os males a eles associados: poluição do ar, consumo excessivo de combustíveis, estresse etc. É preciso que as pessoas mudem os horários de circulação no sistema viário.

Para quem gosta de obras, há soluções alternativas: ônibus expressos circulando em canaletas exclusivas, trincheiras, *flyovers*, sistemas binários de mão única em cada sentido, proibição de estacionamento ao longo das vias (o que exige a construção de mais estacionamentos fora das vias) etc.

Não se pode resolver uma dificuldade criando novos problemas. Há necessidade de analisar a questão como um todo: as vias, os veí-

culos, os motoristas, a legislação etc. Alterar apenas um componente do sistema significa transferir o problema para outro lugar. A última alternativa seria pedágio urbano. Sei o que é dirigir em megalópoles, porém não apoio essa pseudo-solução para o Brasil. Ainda não é hora. Quem sabe no futuro, quando formos realmente ricos, seja o momento de pensar nisso.

Luiz Carlos Pinto Martins
Engenheiro
Curitiba - PR

Fico indignada com a proposta de criação do pedágio urbano (**Desafios** nº 31, fev/2007), imposto ou qualquer coisa que desfalque ainda mais o bolso da população. Pensar em ter um sistema eficiente de vistoria nos carros para impedir que os veículos sem condições continuem circulando e quebrando em plena Marginal Tietê nos horários de pico não é sequer pauta para discussão. Não, fazem questão de interditar pistas para manutenção em pleno horário comercial, como aconteceu na segunda-feira de Carnaval, que era dia útil, gerando um engarrafamento de mais de 6 quilômetros na via expressa da Marginal Tietê. Por que não realizam tais manutenções de madrugada? Porque, é claro, fica mais fácil falar que é necessário tirar parte dos carros de circulação cobrando pedágio...

Elizete F. Bernardo
Administradora de empresas
Santo André - SP

ENQUETE

Desafios perguntou aos leitores que visitam sua página na Internet se eles acreditam que as leis de incentivo cultural tiram do governo o controle das políticas culturais. A grande maioria, 75,4%, respondeu que não. Enquanto 24,6% consideraram que o governo perdeu o poder de conduzir a política cultural em razão das leis de incentivo. Veja a seguir algumas opiniões a respeito.

O controle majoritário de políticas públicas deve ficar com o Estado, e não com o mercado.

Humberto Rocha
Engenheiro

Acredito que governos não devam controlar políticas culturais. É importante a livre manifestação sem submissão a uma visão de governo, que sempre será ideológica.

Gilson Jacob Bergoc
Arquiteto

O modelo de financiamento à Cultura pelo qual o Brasil optou, transferindo à lógica empresarial a decisão final sobre quais projetos receberão investimentos, aprofunda distorções, em vez de atender ao interesse público

José de Oliveira Júnior
Escritor

